

TRIBUNAL DE JUSTIÇA



3 DE FEVEREIRO DE 1874

**Revisão do Planejamento Estratégico
do Tribunal de Justiça de São Paulo
Biênio 2013-2014
(ANEXO)**

Secretaria de Planejamento Estratégico – SEPLAN

Mai de 2013

PRESIDENTE DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE SÃO PAULO

DESEMBARGADOR IVAN RICARDO GARISIO SARTORI

VICE-PRESIDENTE

DESEMBARGADOR JOSÉ GASPAS GONZAGA FRANCESCHINI

CORREGEDOR

DESEMBARGADOR JOSÉ RENATO NALINI

PRESIDENTE DA SEÇÃO CRIMINAL

DESEMBARGADOR ANTONIO CARLOS TRISTÃO RIBEIRO

PRESIDENTE DA SEÇÃO DE DIREITO PRIVADO

DESEMBARGADOR ANTONIO JOSÉ SILVEIRA PAULILO

PRESIDENTE DA SEÇÃO DE DIREITO PÚBLICO

DESEMBARGADOR SAMUEL ALVES DE MELO JÚNIOR

DECANO

DESEMBARGADOR FRANCISCO ROBERTO ALVES BEVILACQUA

Agradecemos ao inestimável apoio dos Exmos. Srs. Membros do E. Conselho Superior da Magistratura e do Exmo. Sr. Presidente do Tribunal de Justiça, Desembargador Ivan Ricardo Garisio Sartori, sem o qual esta Revisão não teria sido concretizada.

ELABORAÇÃO: SECRETARIA DE PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO - SEPLAN

SECRETÁRIA DE PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO - SEPLAN

CARMEN GIADANS CORBILLON

DIRETORIA DE PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO – SEPLAN 1

DANIELA MINETTO ROBLES

EMERSON RYUJI TAKASE

MARCO AURELIO GIOVANI VISCONTI

RODRIGO TEIXEIRA

COLABORAÇÃO

DESEMBARGADORA VERA ANGRISANI

DESEMBARGADOR SAMUEL ALVES DE MELO JÚNIOR

MEMBROS DO NÚCLEO DE PLANEJAMENTO E GESTÃO

DR. ANTONIO CARLOS ALVES BRAGA JÚNIOR

DR. EURÍPEDES GOMES FAIM FILHO

DR. FRANCISCO CARLOS INOUE SHINTATE

DR. JOSÉ MAURÍCIO CONTI

DR. MARCOS DE LIMA PORTA

DR. REGIS DE CASTILHO BARBOSA FILHO

JUÍZES ASSESSORES DA PRESIDÊNCIA

DR. DIMITRIOS ZARVOS VARELLIS

DR. FERNANDO ANTONIO TASSO

DR. FERNÃO BORBA FRANCO

DR. GUILHERME DE MACEDO SOARES

DR. GUSTAVO SANTINI TEODORO

DR. JOÃO BAPTISTA GALHARDO JÚNIOR

DR. MARCELO LOPES THEODOSIO

DR. MÁRCIO KAMMER DE LIMA

DR. MARCOS DE LIMA PORTA

DR. MARCUS VINICIUS RIOS GONÇALVES

DR. REGIS DE CASTILHO BARBOSA FILHO

DR. RODRIGO CAPEZ

DRA. SILVANA AMNERIS RÔLO PEREIRA BORGES

JUIZ ASSESSOR DA VICE-PRESIDÊNCIA

DR. CARLOS BORTOLETTO SCHMITT CORRÊA

JUÍZES ASSESSORES DA CORREGEDORIA

DR. AFONSO DE BARROS FARO JÚNIOR

DR. ANTONIO CARLOS ALVES BRAGA JÚNIOR

DR. DURVAL AUGUSTO REZENDE FILHO

JUIZ ASSESSOR DA SEÇÃO CRIMINAL

DR. JOSÉ AUGUSTO GENOFRE MARTINS

JUÍZA ASSESSORA DA SEÇÃO DE DIREITO PRIVADO

DRA. LUCIANA CAPRIOLI PAIOTTI FIGUEREDO

JUIZ ASSESSOR DA SEÇÃO DE DIREITO PÚBLICO

DR. LUÍS GUSTAVO DA SILVA PIRES

SECRETÁRIOS

ANA LÚCIA DA COSTA NEGREIROS
DIVA ELENA GATTI DA MOTA BARRETO
CAETANO VIZZA
EDUARDO ROBERTO ALCÂNTARA
HELENA YAECO FUJITA AZUMA
KAUY CARLOS LOPÉRGOLO DE AGUIAR
LILIAN SALVADOR PAULA
LUIS CARLOS VILLANI DE SOUZA
MARIANGELA MALUF LAGOA
ROSANA BARREIRA
SOLANGE DE OLIVEIRA CIPRIANO BASTOS

CHEFE DE GABINETE DA PRESIDÊNCIA

TARCÍSIO DOS SANTOS

DIRETORES

ANA MARIA CORNETTA
ANA RAQUEL ORLANDO
ANDERSON DINO
NAIR MARQUES DO ESPÍRITO SANTO ANTEPOSTAN
RODNEI PINTO FERNANDES
RODRIGO MARQUES
ROSANGELA MARIA MORAES SANCHES

AGRADECIMENTOS

AO REPRESENTANTE DO CONSELHO NACIONAL DE JUSTIÇA CONSELHEIRO JEFFERSON LUIZ KRAVCHYCHYN
DESEMBARGADOR ANTONIO MÁRIO DE CASTRO FIGLIOLIA
DESEMBARGADOR ARMANDO SÉRGIO PRADO DE TOLEDO
DESEMBARGADOR EDUARDO ALMEIDA PRADO ROCHA DE SIQUEIRA
DESEMBARGADOR JOVINO DE SYLOS NETO
DESEMBARGADOR LUIZ ANTONIO DE GODOY
DESEMBARGADOR LUIZ EDMUNDO MARREY UINT
DESEMBARGADOR MARCO ANTONIO MARQUES DA SILVA
DESEMBARGADOR MOHAMED AMARO
DESEMBARGADOR PEDRO CAUBY PIRES DE ARAÚJO
DESEMBARGADOR WALDIR SEBASTIÃO DE NUEVO CAMPOS JÚNIOR
DESEMBARGADOR WELLINGTON MAIA DA ROCHA
DESEMBARGADOR WILSON DE TOLEDO SILVA
DRA. CLAUDIA CONDE SARTORI

AOS PRESIDENTES DO NÚCLEO DE PLANEJAMENTO E GESTÃO:

DESEMBARGADOR SAMUEL ALVES DE MELO JÚNIOR
DESEMBARGADOR EDUARDO PEREIRA SANTOS
DESEMBARGADOR EROS PICELI
DESEMBARGADOR ARTUR CÉSAR BERETTA DA SILVEIRA
DESEMBARGADOR RUBENS RIHL PIRES CORRÊA
DESEMBARGADOR LUÍS FRANCISCO AGUILAR CORTEZ
DESEMBARGADORA VERA ANGRISANI

A TODOS OS MAGISTRADOS E SERVIDORES DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE SÃO PAULO

SUMÁRIO

1. APRESENTAÇÃO.....	8
2. JUSTIFICATIVA PARA A REVISÃO	11
3. DESENVOLVIMENTO PARA A REVISÃO DO PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO.....	12
4. OBJETIVOS ESTRATÉGICOS	21
5. MAPA ESTRATÉGICO	22
6. OBJETIVOS, METAS E INDICADORES	23
6.1 PERSPECTIVA: SOCIEDADE	24
VISÃO.....	24
6.2 PERSPECTIVA: PROCESSOS INTERNOS	25
6.2.1 TEMA: EFICIÊNCIA DOS SERVIÇOS.....	25
OBJETIVO ESTRATÉGICO 1.....	25
Metas para o Objetivo Estratégico 1.....	26
OBJETIVO ESTRATÉGICO 2.....	28
Metas para o Objetivo Estratégico 2.....	28
OBJETIVO ESTRATÉGICO 3.....	33
Metas para o Objetivo Estratégico 3.....	33
OBJETIVO ESTRATÉGICO 4.....	35
Meta para o Objetivo Estratégico 4	35
6.2.2 TEMA: RESPONSABILIDADE SOCIAL E AMBIENTAL	36
OBJETIVO ESTRATÉGICO 5.....	36
Metas para o Objetivo Estratégico 5.....	37
OBJETIVO ESTRATÉGICO 6.....	38
Metas para o Objetivo Estratégico 6.....	38
6.3 PERSPECTIVA: RECURSOS.....	40



6.3.1 TEMA: GESTÃO DE PESSOAS	40
OBJETIVO ESTRATÉGICO 7.....	40
OBJETIVO ESTRATÉGICO 8.....	44
Metas para o Objetivo Estratégico 8.....	45
OBJETIVO ESTRATÉGICO 9.....	49
Metas para o Objetivo Estratégico 9.....	50
6.3.2 TEMA: INFRAESTRUTURA E TECNOLOGIA.....	52
OBJETIVO ESTRATÉGICO 10.....	52
Metas para o Objetivo Estratégico 10.....	53
OBJETIVO ESTRATÉGICO 11.....	55
Metas para o Objetivo Estratégico 11.....	56
OBJETIVO ESTRATÉGICO 12.....	64
Metas para o Objetivo Estratégico 12.....	65
7. BIBLIOGRAFIA	67
8. GLOSSÁRIO DE INDICADORES E VARIÁVEIS.....	68
8.1 INDICADORES/VARIÁVEIS DE LITIGIOSIDADE.....	68
INDICADORES DE LITIGIOSIDADE TJSP (1ª E 2ª INSTÂNCIAS).....	68
1ª INSTÂNCIA: Comum, Turmas Recursais e Juizados Especiais	69
1º Grau Comum.....	70
Turma Recursal.....	85
Juizado Especial.....	89
2ª INSTÂNCIA.....	102
8.2 INDICADORES/VARIÁVEIS NÃO LITIGIOSOS	107

1. APRESENTAÇÃO

Este documento apresenta a revisão do Planejamento Estratégico em vigor, sobretudo em razão da necessidade de ajustes às diretrizes do Tribunal de Justiça de São Paulo, frente às mudanças de cenários externo e interno.

O atual Planejamento é um documento que foi aprovado em 2009 pelo Órgão Especial, para o quinquênio 2010-2014. Este instrumento contempla a razão de existência do Tribunal, expressa em sua missão (*Distribuir Justiça*), amparada por valores de elevado grau, e desdobrada em objetivos estratégicos. Tais objetivos são subsidiados por metas e indicadores para que a execução possa ser efetivada.

Durante a execução do Planejamento Estratégico do Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo, foram detectadas diversas dificuldades que motivaram a revisão proposta. Dentre os principais problemas enfrentados destacaram-se: a) a dificuldade na coleta de indicadores; b) a existência de indicadores não mensuráveis; e c) ações definidas que não suportaram integralmente os objetivos estratégicos. Diante desse quadro, a Secretaria de Planejamento Estratégico - SEPLAN, apoiada nos elementos de pesquisa, identificação e definição das necessidades do TJSP, elaborou a revisão. Como ponto de partida do processo de revisão, definiu-se que a estratégia do Tribunal seria traduzida por intermédio de um mapa estratégico institucional, de acordo com a metodologia do *Balanced Scorecard (BSC)* utilizada anteriormente na elaboração do Planejamento Estratégico em vigor.

Trata-se de uma revisão participativa, cujo diagnóstico foi obtido por intermédio de consulta pública e de pesquisa de ambiente interno, disponibilizadas

pela internet, inéditas nesta Corte, entrevistas realizadas com a Alta Administração e análise documental.

A revisão buscou consolidar objetivos estratégicos atuais e criar outros necessários, aprimorar o sistema de medição por meio de indicadores para um efetivo acompanhamento de sua execução e, sobretudo, estabelecer diretrizes originárias do diagnóstico dos ambientes interno e externo, coletando as forças e fraquezas, propostas e sugestões de forma participativa, a fim de melhorar os serviços prestados por esta Corte.

Os propósitos do Planejamento Estratégico, isto é, a Missão, Visão e Valores foram mantidos nesta revisão, concentrando os principais ajustes nos objetivos estratégicos, metas e indicadores. A princípio, a revisão estabeleceu metas para 2013 e 2014.

As metas apresentadas nesta revisão foram resultantes de um processo de validação ocorrido durante o *I Workshop de Planejamento Estratégico*. Este evento contou com a presença da Alta Administração do TJSP, das Assessorias, Secretários e Diretores do TJSP e foi prestigiado pelo Conselho Nacional de Justiça, dignamente representado pelo Excelentíssimo Conselheiro Jefferson Kravchychyn.

É fundamental ressaltar que ajustes técnicos poderão ocorrer a qualquer momento, diante das estratégias emergentes e mudanças de cenários, a fim de corresponder às necessidades da sociedade e do Tribunal de Justiça, sempre com o foco na melhoria contínua, percorrendo o caminho para se alcançar a excelência.

O presente documento está estruturado da seguinte forma: o item 2 apresenta a Justificativa desta revisão, seguido pela metodologia de desenvolvimento da



proposta (item 3), em que é apresentado o quadro de equivalência entre os objetivos do Planejamento em vigor e da revisão técnica. O item 4 demonstra os 12 objetivos propostos e o item 5 se relaciona ao Mapa Estratégico. O detalhamento dos objetivos, metas e indicadores podem ser verificados no item 6. A Bibliografia é apresentada no item 7. Por fim, o item 8 apresenta o Glossário com a definição das variáveis e indicadores utilizados.

2. JUSTIFICATIVA PARA A REVISÃO

A revisão se justificou por meio dos itens a seguir:

- Os cenários mudam constantemente e os objetivos traçados devem acompanhar as transformações, havendo necessidade de ajuste de diretrizes estratégicas;
- O Planejamento Estratégico é uma nova realidade para o Poder Judiciário brasileiro e para o TJSP, ou seja, está em processo de melhoria contínua e de amadurecimento, o que sedimentou a necessidade de revisão;
- O Planejamento atual tem demonstrado dificuldade de monitoramento, havendo a necessidade de se estabelecer um eficiente sistema de indicadores, tendo em vista que não se gerencia o que não se mede;
- A revisão trouxe um caráter participativo, envolvendo a Alta Administração por meio de entrevistas para análise do ambiente e obteve a visão do público externo (cidadãos e representantes das funções essenciais à Justiça) e do público interno (magistrados e servidores) do TJSP;
- A Análise documental embasada pelo Relatório Justiça em Números, Metas do Poder Judiciário Nacional e o Planejamento Estratégico de Tecnologia da Informação bem como os projetos em vigor das Secretarias do TJSP trouxeram uma nova abordagem baseada em fatos e necessidades reais para a proposta de revisão;
- Observou-se que as metas e ações propostas para o Planejamento atual não suportavam satisfatoriamente a maioria dos objetivos estratégicos, o que fundamentou a revisão.

3. DESENVOLVIMENTO PARA A REVISÃO DO PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO

A revisão do Planejamento Estratégico dividiu-se nas seguintes fases:

1. Diagnóstico: esta etapa permitiu obter informações dos públicos internos e externos do Tribunal para serem identificados os pontos fortes e os pontos fracos. O diagnóstico foi subdividido em:

- **Análise do ambiente:** realizada através de consulta pública, pesquisas de ambiente interno e externo e entrevistas;
- **Análise documental:** foram observados o estudo de Priorização de Indicadores do Relatório de Justiça em Números do Conselho Nacional de Justiça realizado pela SEPLAN, o Planejamento Estratégico atual, o Planejamento Estratégico de Tecnologia da Informação (PETI), a Proposta Orçamentária Setorial (POS) para 2013, os Projetos das Secretarias e Diretorias do TJSP e as Metas do Poder Judiciário Nacional.

2. Elaboração de objetivos estratégicos: a presente revisão propõe 12 objetivos estratégicos que buscaram contemplar os 22 objetivos do Planejamento em vigor. Tais objetivos foram o resultado das análises do item anterior. Utilizou-se o *Balanced Scorecard* (BSC) para elaborar os objetivos estratégicos, respeitando a relação causa e efeito, com indicadores de resultado e de esforço. Três perspectivas do BSC foram identificadas, a saber: SOCIEDADE, PROCESSOS INTERNOS e RECURSOS. A perspectiva SOCIEDADE contém a Visão do Tribunal de Justiça (*Ser reconhecido como instrumento*

efetivo de Justiça, Equidade e Paz Social), é a motivação maior para a execução dos Objetivos. Na perspectiva PROCESSOS INTERNOS, os temas EFICIÊNCIA DOS SERVIÇOS e RESPONSABILIDADE SOCIAL E AMBIENTAL foram apresentados. Por fim, a perspectiva RECURSOS contém os temas estratégicos GESTÃO DE PESSOAS e INFRAESTRUTURA E TECNOLOGIA.

A revisão técnica do Planejamento Estratégico contemplou a maioria dos objetivos estratégicos do Planejamento em vigor, agrupando alguns objetivos, transformando-os em metas e, sobretudo, estabelecendo novas metas e um sistema de indicadores para o eficiente monitoramento da Estratégia.

Diante do exposto, não se entenda com isso que o Planejamento Estratégico ora revisado teve todos os objetivos cumpridos, tendo em vista que o ano limite de cumprimento é 2014.

Dos 22 objetivos do Planejamento Estratégico em vigor, 4 foram cumpridos integralmente (Objetivos 3, 10, 11 e 16) e o objetivo 4 (*Criar e implantar cargos de Assessores para os Juízes de 1º Grau*) encontra-se praticamente cumprido, em fase final de nomeação dos Assessores.

Vale destacar que o objetivo 6 (*Otimizar as rotinas e procedimentos, buscando agilizar os trâmites judiciais e administrativos, melhorando a produtividade e qualidade dos serviços prestados*) apesar de se encontrar em andamento, está sendo executado parcialmente, tendo em vista o foco exclusivo em 1ª instância. Tais lacunas serão corrigidas por meio desta revisão, com metas específicas.

O objetivo 22 (*Motivar e comprometer magistrados e servidores com a execução da Estratégia*), em razão de sua natureza contínua, não foi contemplado nesta revisão e se relaciona à fase de Execução da Estratégia, subsequente à aprovação deste documento.

A seguir, é apresentado quadro de equivalência entre os objetivos do Planejamento Estratégico em vigor e a revisão técnica proposta bem como o *status* de cumprimento:

OBJETIVOS DO PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO 2010-2014	STATUS DE CUMPRIMENTO	REVISÃO TÉCNICA DO PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO (2013-2014) OBJETIVO(S) CORRESPONDENTE(S)
Objetivo 1 - Adequar o número de servidores às necessidades de serviços de cada unidade, considerando a utilização de novos recursos tecnológicos	Em andamento	Objetivo 8 – Adequar os agentes públicos ao quadro funcional
Objetivo 2 - Ampliar e aprimorar o gerenciamento de processos em 2º Grau, incluindo-se os Gabinetes dos Senhores Desembargadores e Juízes Substitutos em 2º Grau	Em andamento	Objetivo 2- Agilizar a prestação jurisdicional Objetivo 3 - Otimizar os procedimentos de trabalho Objetivo 11 - Aprimorar a informatização
Objetivo 3 - Aumentar o número de cargos de Assessores nos Gabinetes dos Senhores Desembargadores e de Juízes em 2º Grau	Concluído	

OBJETIVOS DO PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO 2010-2014	STATUS DE CUMPRIMENTO	REVISÃO TÉCNICA DO PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO (2013-2014) OBJETIVO(S) CORRESPONDENTE(S)
Objetivo 4 - Criar e implantar cargos de Assessores para os Juízes de 1º Grau	Em andamento (nomeações previstas até o final de 2013)	_____
Objetivo 5 - Ampliar o número de Varas Digitais	Em andamento	Objetivo 11 – Aprimorar a informatização
Objetivo 6 - Otimizar as rotinas e procedimentos, buscando agilizar os trâmites judiciais e administrativos, melhorando a produtividade e qualidade dos serviços prestados	Em andamento	Objetivo 3 – Otimizar os procedimentos de trabalho Atualmente o foco maior está em 1ª Instância, mas as metas do objetivo 3 proposto abrangem também a área administrativa e a 2ª Instância.
Objetivo 7 - Implantar um sistema único informatizado de gerenciamento de processos	Em andamento	Objetivo 11 – Aprimorar a informatização
Objetivo 8 - Criar e instalar Câmaras Digitais em 2º Grau	Em andamento	Objetivo 11 – Aprimorar a informatização
Objetivo 9 - Aprimorar o sistema de comunicação social do Tribunal de Justiça de São Paulo, com observância da Resolução 85/2009 do Conselho Nacional de Justiça - CNJ	Em andamento	Objetivo 4 – Aprimorar a comunicação institucional
Objetivo 10 - Aprimorar a Ouvidoria para recebimento de críticas e sugestões de forma a se dar rápido retorno aos envolvidos	Concluído	_____

OBJETIVOS DO PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO 2010-2014	STATUS DE CUMPRIMENTO	REVISÃO TÉCNICA DO PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO (2013-2014) OBJETIVO(S) CORRESPONDENTE(S)
Objetivo 11 - Utilizar os portais da Internet como canal de comunicação e de transparência, inclusive para publicação de informações administrativas de interesse público	Concluído	_____
Objetivo 12 - Implantar sistema informatizado de controle de precatórios	Em andamento	Objetivo 11 – Aprimorar a informatização
Objetivo 13 - Fazer adaptações necessárias nos prédios existentes e cuidar para que os novos sejam dotados de facilidades para acesso de pessoas com deficiência física	Em andamento	Objetivo 10 – Prover adequada infraestrutura física
Objetivo 14 - Promover ações de responsabilidade social e ambiental, atuando de forma a garantir a sustentabilidade por meio de ações educativas, de inclusão social e de práticas ecoeficientes	Em andamento	Objetivo 5 – Promover programas de responsabilidade social Objetivo 6 – Implementar Programas de Economia de Recursos
Objetivo 15 - Criar e instalar Escola de Servidores do Tribunal de Justiça de São Paulo, como forma de investir de maneira contínua nos recursos humanos, visando qualificação dos servidores e gestores para melhorar o desempenho de suas atribuições	Em andamento	Objetivo 9 – Capacitar e treinar os agentes públicos

OBJETIVOS DO PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO 2010-2014	STATUS DE CUMPRIMENTO	REVISÃO TÉCNICA DO PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO (2013-2014) OBJETIVO(S) CORRESPONDENTE(S)
Objetivo 16 - Utilizar linguagem clara e acessível em todas as divulgações	Concluído	Objetivo 4 – Aprimorar a Comunicação Institucional
Objetivo 17 - Aperfeiçoar o sistema de divulgação, em tempo real, de andamento dos processos e de outros serviços via internet	Em andamento	Objetivo 11 – Aprimorar a informatização
Objetivo 18 - Prover as unidades judiciais e administrativas de infraestrutura física adequada, visando melhoria das condições de atendimento aos usuários e de trabalho dos magistrados e servidores	Em andamento	Objetivo 10 – Prover adequada infraestrutura física
Objetivo 19 - Disponibilizar recursos de tecnologia de informação, nas formas e quantidades adequadas ao cumprimento dos objetivos e metas estabelecidos no planejamento	Em andamento	Objetivo 11 – Aprimorar a informatização
Objetivo 20 - Promover efetiva distribuição de recursos financeiros, visando garantir o cumprimento dos objetivos e metas estabelecidos, observando em sua execução os princípios norteadores da gestão pública	Em andamento	A revisão não trata o objetivo 20 em razão de considerar o orçamento tema inerente à execução do Planejamento Estratégico.

OBJETIVOS DO PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO 2010-2014	STATUS DE CUMPRIMENTO	REVISÃO TÉCNICA DO PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO (2013-2014) OBJETIVO(S) CORRESPONDENTE(S)
Objetivo 21 - Fazer convênios visando meios para possibilitar a concretização de objetivos estabelecidos	Em andamento	A revisão atual trata os convênios como um ,meio ou ações para se atender metas ou objetivos.
Objetivo 22 - Motivar e comprometer magistrados e servidores com a execução da Estratégia	Em andamento	O objetivo 22 é inerente à Execução da Estratégia, fase subsequente à aprovação da Revisão. Deve-se destacar a importância do <i>I Workshop de Planejamento Estratégico</i> na questão do envolvimento e comprometimento da execução da Estratégia.

Tabela 1 - Correspondência entre Objetivos do Planejamento Estratégico em vigor e Objetivos da revisão técnica

Novos objetivos propostos de acordo com as diretrizes atuais e diagnóstico de ambiente foram incluídos na presente revisão:

Objetivo 1 - Desconcentrar as unidades administrativas e judiciais para as 10 regiões;

Objetivo 7 - Efetivar os mecanismos de valorização profissional;

Objetivo 12 - Promover a Segurança.

3. Elaboração do Mapa Estratégico: o mapa estratégico apresenta a representação gráfica das perspectivas do BSC, dos temas estratégicos e dos objetivos correspondentes.

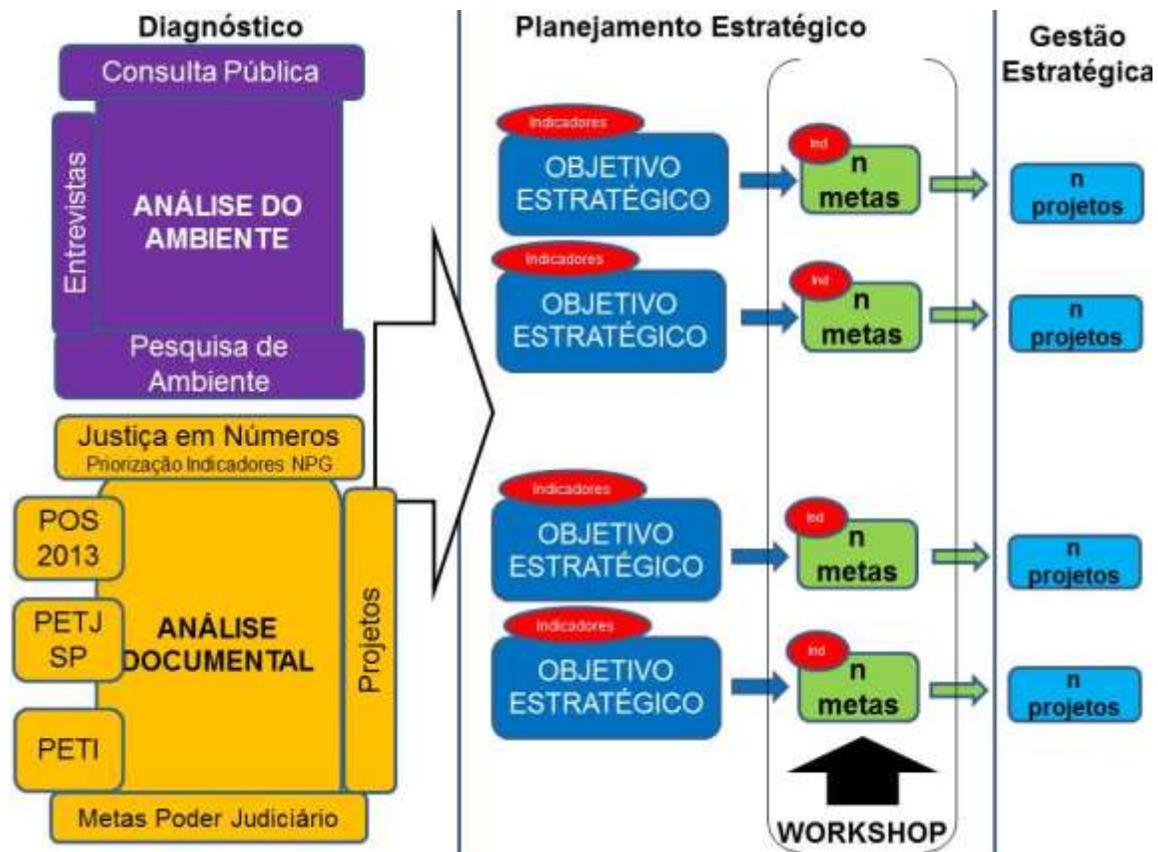
4. Construção de metas: as metas foram construídas considerando as ações, o percentual a ser cumprido e o prazo para o seu cumprimento. Estabeleceram-se 59 metas validadas no *I Workshop de Planejamento Estratégico*.

5. Sistema de indicadores: para cada objetivo estratégico foi estabelecido, no mínimo, um indicador de resultado e, para as metas, foram relacionados um ou mais indicadores de esforço ou de tendência. Este conjunto de Fórmulas compõe o sistema de indicadores para medição da execução e cumprimento do Planejamento Estratégico bem como análise de sua efetividade.

O sistema de indicadores da revisão técnica contém 2 indicadores de Visão, 12 indicadores de objetivos, 59 indicadores de metas e 10 indicadores de efetividade, perfazendo um total de 83 indicadores. O Planejamento Estratégico em vigor dispõe de 24 indicadores.

A Execução da Estratégia será o resultado da operacionalização de projetos desdobrados a partir das metas estratégicas.

Sinteticamente, o desenvolvimento da revisão é apresentado no quadro a seguir:



4. OBJETIVOS ESTRATÉGICOS

Os objetivos estratégicos definidos após a análise do ambiente e dos documentos referidos foram os seguintes:

- 1 - DESCONCENTRAR AS UNIDADES ADMINISTRATIVAS E JUDICIAIS PARA AS 10 REGIÕES**
- 2 - AGILIZAR A PRESTAÇÃO JURISDICIONAL**
- 3 - IMPLANTAR METODOLOGIA DE GERENCIAMENTO DE ROTINAS**
- 4 - APRIMORAR A COMUNICAÇÃO INSTITUCIONAL**

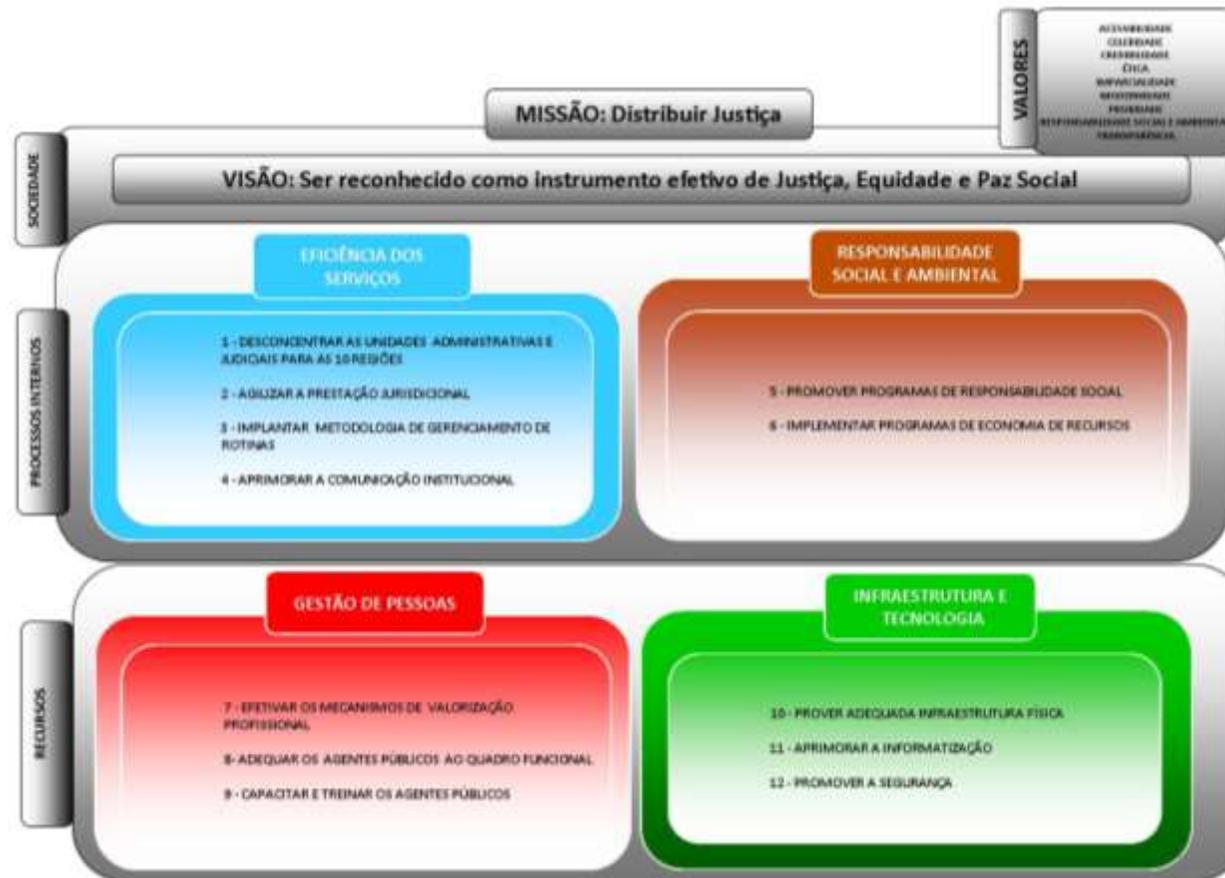
- 5 - PROMOVER PROGRAMAS DE RESPONSABILIDADE SOCIAL**
- 6 - IMPLEMENTAR PROGRAMAS DE ECONOMIA DE RECURSOS**

- 7 - EFETIVAR OS MECANISMOS DE VALORIZAÇÃO PROFISSIONAL**
- 8 - ADEQUAR OS AGENTES PÚBLICOS AO QUADRO FUNCIONAL**
- 9 - CAPACITAR E TREINAR OS AGENTES PÚBLICOS**

- 10 - PROVER ADEQUADA INFRAESTRUTURA FÍSICA**
- 11 - APRIMORAR A INFORMATIZAÇÃO**
- 12 - PROMOVER A SEGURANÇA**

5. MAPA ESTRATÉGICO

O Mapa Estratégico representa graficamente a relação das perspectivas, temas e objetivos estratégicos.



6. OBJETIVOS, METAS E INDICADORES

Os objetivos foram elaborados considerando a análise do ambiente e dos documentos supramencionados. Para cada objetivo, ao menos um indicador de resultado e, para cada meta, no mínimo um indicador de esforço. O conjunto de indicadores de resultado e esforço compõe o Sistema de Indicadores, cuja função primordial é verificar o cumprimento do Planejamento Estratégico.

A seguir foram definidos todos os objetivos com suas respectivas descrições, os indicadores de resultado, os indicadores de efetividade, as metas e os indicadores de esforço.

A estrutura do documento considerou que as perspectivas abrangem um ou mais temas estratégicos. Cada tema contém um ou mais objetivos. Um objetivo estratégico é composto por uma ou mais metas, mensuradas por indicadores específicos. Para fins de mensuração, todas as metas estratégicas receberam o mesmo peso, devido a relevância das mesmas para o Tribunal de Justiça.

Deve-se ressaltar que as pesquisas de ambiente interno e consulta pública durante a execução das metas estratégicas poderão auxiliar na avaliação do efetivo cumprimento de alguns objetivos estratégicos, além dos indicadores próprios de objetivo. Trata-se de uma forma de verificar se as metas sugeridas estão realmente suportando os objetivos. Em razão disso, alguns objetivos apresentam também indicadores de efetividade.

6.1 PERSPECTIVA: SOCIEDADE

VISÃO

SER RECONHECIDO COMO INSTRUMENTO EFETIVO DE JUSTIÇA, EQUIDADE E PAZ SOCIAL

INDICADOR PARA O ALCANCE DA VISÃO	FÓRMULA	PERIODICIDADE DE APURAÇÃO
ICJ- Índice de Confiança no Poder Judiciário (referência 5,2)	% de aprovação na pesquisa de opinião pública "Confiança no Poder Judiciário"	Trimestral
TC – Taxa de Congestionamento	$1 - \left(\frac{TBaix}{(Cn + Cp)} \right) \times 100$	Mensal

Obs.: Os indicadores/variáveis abreviados na fórmula estão detalhados no item 8. Glossário de Indicadores e Variáveis.

6.2 PERSPECTIVA: PROCESSOS INTERNOS

A perspectiva PROCESSOS INTERNOS abrange os temas estratégicos EFICIÊNCIA DOS SERVIÇOS e RESPONSABILIDADE SOCIAL E AMBIENTAL

6.2.1 TEMA: EFICIÊNCIA DOS SERVIÇOS

O Tema Estratégico EFICIÊNCIA DOS SERVIÇOS é composto pelos objetivos estratégicos 1, 2, 3 e 4, descritos a seguir.

OBJETIVO ESTRATÉGICO 1

DESCONCENTRAR AS UNIDADES ADMINISTRATIVAS E JUDICIAIS PARA AS 10 REGIÕES

DESCRIÇÃO DO OBJETIVO: Desconcentrar as atividades administrativas e judiciais atendendo a Resolução nº 560 /2012 (TJSP).

INDICADOR DO OBJETIVO	FÓRMULA	PERIODICIDADE DE APURAÇÃO
Percentual de implantação das unidades administrativas e judiciais	Média de cumprimento das metas do objetivo 1	Bimestral

Metas para o Objetivo Estratégico 1

META 1.1	Implantar 9 unidades administrativas das regiões (DARAJ's) até 31/12/2014	
	2013	2014
	1 DARAJ	8 DARAJ's
Referência	Entrevistas com os Assessores da Presidência	
Indicador	Quantidade de unidades administrativas implantadas	
Fórmula	Número de unidades administrativas implantadas	
Periodicidade de apuração	Trimestral	

META 1.2	Implantar 1 Departamento digital de Execução Criminal em cada uma das 10 Regiões até 31/12/2014	
	2013	2014
	-----	10
Referência	Entrevistas com os Assessores da Presidência	
Indicador	Quantidade de Departamentos de Execução Criminal implantados nas 10 Regiões	
Fórmula	Número de Departamentos de Execução Criminal implantados	
Periodicidade de apuração	Bimestral	

META 1.3	Implantar 1 Departamento digital de Execução Fiscal Estadual em cada uma das 10 Regiões até 31/12/2014	
	2013	2014
	1	9
Referência	Entrevistas com os Assessores da Presidência	
Indicador	Quantidade de Departamentos de Execução Fiscal Estadual implantados nas 10 Regiões	
Fórmula	Número de Departamentos de Execução Fiscal Estadual implantados	
Periodicidade de apuração	Bimestral	

META 1.4	Ampliar o convênio com a Secretaria Estadual da Saúde nas 9 sedes das Regiões Administrativas Judiciais (RAJs) até 31/12/2014	
	2013	2014
	4	5
Referência	Meta definida em <i>Workshop</i>	
Indicador	Quantidade de RAJs com convênio com a Secretaria Estadual da Saúde	
Fórmula	Nº de RAJs com convênio com a Secretaria Estadual da Saúde	
Periodicidade de apuração	Trimestral	

OBJETIVO ESTRATÉGICO 2

AGILIZAR A PRESTAÇÃO JURISDICIONAL

DESCRIÇÃO DO OBJETIVO: Agilizar a prestação jurisdicional em 1ª e 2ª instâncias, melhorando a produtividade e qualidade dos serviços com redução de processos pendentes e acervo.

INDICADOR DO OBJETIVO	FÓRMULA*	PERIODICIDADE DE APURAÇÃO
TC1ªinst - Taxa de Congestionamento na 1ª instância (referência TC1ªinst 2012: 79,5%)	$1 - \left(\frac{TBaix1ªinst}{(Cn1ªinst + Cp1ªinst)} \right) X 100$	Trimestral
TC2ª - Taxa de Congestionamento na 2ª instância (referência TC2ª 2012: 54,8%)	$1 - \left(\frac{TBaix2ª}{(Cn2ª + Cp2ª)} \right) X 100$	Trimestral

Metas para o Objetivo Estratégico 2

META 2.1	Aumentar em 10% a quantidade de sentenças dos processos de conhecimento em 1º Grau Comum até 31/12/2014, priorizando os processos mais antigos do acervo, na seguinte ordem: em 2013, 5% e em 2014, 10% (Ano referência: 2012)	
	2013	2014
	5% a mais em relação a 2012	10% a mais em relação a 2012
Referência	Meta 3 2011 do Poder Judiciário (CNJ)	
Indicador	Percentual de variação das sentenças dos processos de conhecimento em 1º Grau Comum do ano corrente em relação às sentenças dos processos de conhecimento em 1º Grau Comum de 2012	
Fórmula*	$\left(\frac{SentC1ª_{ac} - SentC1ª_{2012}}{SentC1ª_{2012}} \right) X 100$	
Periodicidade de apuração	Mensal	

* Os indicadores/variáveis abreviados no campo fórmula estão detalhados no item 8. Glossário de Indicadores e Variáveis.

META 2.2	Aumentar em 10% a quantidade de decisões dos processos nas Turmas Recursais até 31/12/2014, priorizando os processos mais antigos do acervo, na seguinte ordem: em 2013, 5% e em 2014, 10% (Ano referência: 2012)	
	2013	2014
	5% a mais em relação a 2012	10% a mais em relação a 2012
Referência	Metas 2 de 2012 e de 2013 do Poder Judiciário (CNJ)	
Indicador	Percentual de variação das decisões dos processos nas Turmas Recursais do ano corrente em relação às decisões dos processos nas Turmas Recursais de 2012	
Fórmula*	$\left(\frac{DecTR_{ac} - DecTR_{2012}}{DecTR_{2012}} \right) \times 100$	
Periodicidade de apuração	Mensal	

META 2.3	Reduzir em 10% a Taxa de Congestionamento dos processos de Execução no Juizado Especial até 2014 (Ano-referência: 2012)	
	2013	2014
	-----	--10% em relação a 2012
Referência	Priorização de indicadores Justiça em Números – SEPLAN	
Indicador	Variação da Taxa de Congestionamento de 2014 dos processos de Execução no Juizado Especial em relação a 2012	
Fórmula*	$(TCE_{xJE_{2014}} - TCE_{xJE_{2012}})$ <i>onde:</i> $TCE_{xJE} = 1 - \left(\frac{TBaixExJE}{(CnExJE + CpExJE)} \right) \times 100$	
Periodicidade de apuração	Mensal	

* Os indicadores/variáveis abreviados no campo fórmula estão detalhados no item 8. Glossário de Indicadores e Variáveis.

META 2.4	Reduzir em 3% a Taxa de Congestionamento nos processos de Execução Não Fiscal em 1º Grau até 31/12/2014 (Ano-referência: 2012)	
	2013	2014
	-----	-3% em relação a 2012
Referência	Priorização de indicadores Justiça em Números – SEPLAN	
Indicador	Variação da Taxa de Congestionamento de Execução Não fiscal do 1º Grau de 2014 em relação a 2012	
Fórmula*	$(TCExtNFisc1^o_{2014} - TCExtNFisc1^o_{2012}) \text{ onde:}$ $TCExtNFisc1^o = 1 - \left(\frac{TBaixExtNFisc1^o}{(CnExtNFisc1^o + CpExtNFisc1^o)} \right) \times 100$	
Periodicidade de apuração	Mensal	

META 2.5	Reduzir em 2% a Taxa de Congestionamento nos processos de Execução Fiscal até 31/12/2014 (Ano-referência: 2012)	
	2013	2014
	-----	-2% em relação a 2012
Referência	Meta definida em <i>Workshop</i>	
Indicador	Variação da Taxa de Congestionamento dos processos de Execução Fiscal de 2014 em relação a 2012	
Fórmula*	$(TCExtFisc1^o_{2014} - TCExtFisc1^o_{2012}) \text{ onde:}$ $TCExtFisc1^o = 1 - \left(\frac{TBaixExtFisc1^o}{(CnExtFisc1^o + CpExtFisc1^o)} \right) \times 100$	
Periodicidade de apuração	Mensal	

* Os indicadores/variáveis abreviados no campo fórmula estão detalhados no item 8. Glossário de Indicadores e Variáveis.

META 2.6	Julgar, até 2014, 10% a mais de processos de conhecimento nos Juizados Especiais do que o volume de processos distribuídos no ano, priorizando os processos mais antigos do acervo (Ano-referência: 2014)	
	2013	2014
	_____	10% a mais no ano de 2014
Referência	Priorização de indicadores Justiça em Números – SEPLAN	
Indicador	Percentual de julgados em relação ao total de casos novos de conhecimento no Juizado Especial	
Fórmula*	$\left(\frac{SentCJE}{CnCJE} \right) \times 100$	
Periodicidade de apuração	Mensal	

META 2.7	Julgar, até 31/12/2013, 5% a mais do que os processos distribuídos em 2º Grau, priorizando os processos mais antigos (Ano-referência: 2013)	
	2013	2014
	5% a mais em relação a 2013	-----
Referência	Meta definida em <i>Workshop</i>	
Indicador	Total de Decisões que põem fim à relação processual no 2º Grau em 2013 em relação aos Casos Novos de 2º Grau entrados em 2013	
Fórmula*	$\left(\frac{Dec2^o_{2013}}{Cn2^o_{2013}} \right) \times 100$	
Periodicidade de apuração	Mensal	

* Os indicadores/variáveis abreviados no campo fórmula estão detalhados no item 8. Glossário de Indicadores e Variáveis.

META 2.8	Julgar, até 31/12/2014, 90% dos processos em 2º Grau distribuídos em 2009	
	2013	2014
	-----	90%
Referência	Meta definida em <i>Workshop</i>	
Indicador	Total de Decisões que põem fim à relação processual no 2º Grau em 2009 em relação aos Casos Novos de 2º Grau entrados em 2009	
Fórmula*	$\left(\frac{Dec2^o_{2009}}{Cn2^o_{2009}} \right) \times 100$	
Periodicidade de apuração	Mensal	

* Os indicadores/variáveis abreviados no campo fórmula estão detalhados no item 8. Glossário de Indicadores e Variáveis.

OBJETIVO ESTRATÉGICO 3

IMPLANTAR METODOLOGIA DE GERENCIAMENTO DE ROTINAS

DESCRIÇÃO DO OBJETIVO: Implantar metodologia de gerenciamento de rotinas em 1ª instância, 2ª instância e nas áreas administrativas do TJSP, melhorando a produtividade e qualidade dos serviços prestados.

INDICADOR DO OBJETIVO	FÓRMULA	PERIODICIDADE DE APURAÇÃO
Percentual de cumprimento das metas do objetivo 3	Média de cumprimento das metas do objetivo 3	Trimestral

Metas para o Objetivo Estratégico 3

META 3.1	Implantar em mais 10% dos escritórios judiciais físicos de 1ª instância metodologia de gerenciamento de rotinas (NEP) até 31/12/2014	
	2013	2014
	3%	10%
Referência	Entrevistas e Meta 5 2010 do Poder Judiciário	
Indicador	Percentual da variação de escritórios judiciais físicos de 1ª instância com metodologia de gerenciamento de rotinas implantada em 2013 e 2014 em relação a 2012	
Fórmula	$\left(\frac{\text{N}^{\circ} \text{ de escritórios de 1}^{\text{a}} \text{ instância com metodologia implantada}_{2013 \text{ a } 2014} - \text{N}^{\circ} \text{ de escritórios com metodologia implantada}_{2012}}{\text{N}^{\circ} \text{ de escritórios com metodologia implantada}_{2012}} \right) \times 100$	
Periodicidade de apuração	Mensal	

META 3.2	Redesenhar 25% dos fluxos de trabalho coletados pela Secretaria de Planejamento Estratégico (SEPLAN) até 30/06/2014	
	2013	2014
	5%	25%
Referência	Entrevistas e Meta 5 2010 do Poder Judiciário	
Indicador	Percentual de fluxos de trabalho redesenhados	
Fórmula	$\left(\frac{\text{Nº de fluxos redesenhados}}{\text{Total de fluxos de trabalho coletados pela SEPLAN}} \right) \times 100$	
Periodicidade de apuração	Mensal	

META 3.3	Implantar 50% das melhorias identificadas nas respectivas unidades administrativas até 31/12/2014, conforme redesenho (meta 3.2)	
	2013	2014
	-----	50%
Referência	Meta definida em <i>Workshop</i>	
Indicador	Percentual de melhorias implantadas	
Fórmula	$\left(\frac{\text{Melhorias implantadas}}{\text{Total de melhorias identificadas na meta 3.2}} \right) \times 100$	
Periodicidade de apuração	Mensal	

OBJETIVO ESTRATÉGICO 4

APRIMORAR A COMUNICAÇÃO INSTITUCIONAL

DESCRIÇÃO DO OBJETIVO: Aprimorar a comunicação com públicos externos e internos, com transparência, fornecendo informações em tempo hábil, de forma clara e acessível.

O indicador do objetivo é o mesmo da meta estratégica estabelecida.

Meta para o Objetivo Estratégico 4

META 4.1	Aprimorar o sistema de comunicação social do Tribunal de Justiça de São Paulo até 31/12/2014, com observância da Resolução 85/2009 do Conselho Nacional de Justiça (CNJ)	
	2013	2014
	-----	100%
Referência	Objetivo 9 do Planejamento Estratégico em vigor	
Indicador	Percentual de melhorias implementadas em relação aos objetivos principais da Resolução CNJ 85/2009	
Fórmula	$\left(\frac{\text{Nº de melhorias implementadas}}{\text{Total de melhorias verificadas pela Assessoria de Imprensa em relação aos objetivos principais da Resolução CNJ 85/2009}} \right) \times 100$	
Periodicidade de apuração	Mensal	

6.2.2 TEMA: RESPONSABILIDADE SOCIAL E AMBIENTAL

O Tema RESPONSABILIDADE SOCIAL E AMBIENTAL é constituído pelos objetivos estratégicos 5 e 6, descritos a seguir.

OBJETIVO ESTRATÉGICO 5

PROMOVER PROGRAMAS DE RESPONSABILIDADE SOCIAL E AMBIENTAL

DESCRIÇÃO DO OBJETIVO: Promover programas de responsabilidade social e ambiental a fim de possibilitar o desenvolvimento da cidadania, consciência dos direitos e deveres, aumentando a credibilidade e o respeito do Poder Judiciário.

INDICADOR DO OBJETIVO	FÓRMULA	PERIODICIDADE DE APURAÇÃO
Percentual de cumprimento das metas do objetivo 5	Média de cumprimento das metas do objetivo 5	Trimestral

Metas para o Objetivo Estratégico 5

META 5.1	Obter adesão de 30% dos servidores das 10 RAJs ao Programa <i>Doar é Legal</i> até 31/12/2014	
	2013	2014
	30% dos servidores em 4 RAJ's	30% dos servidores em 6 RAJ's
Referência	Meta definida em <i>Workshop</i>	
Indicador	Percentual de servidores que aderiram ao Programa <i>Doar é Legal</i>	
Fórmula	$\left(\frac{\text{N}^\circ \text{ de servidores que aderiram ao Programa } \textit{Doar é Legal}}{\text{Total de Servidores das RAJ's}} \right) \times 100$	
Periodicidade de apuração	Mensal	

META 5.2	Criar 4 Programas de Gestão Ambiental até 31/12/2014	
	2013	2014
	2 Programas	2 Programas
Referência	Meta definida em <i>Workshop</i>	
Indicador	Quantidade de Programas de Gestão Ambiental criados	
Fórmula	Nº de programas criados	
Periodicidade de apuração	Trimestral	

OBJETIVO ESTRATÉGICO 6

IMPLEMENTAR PROGRAMAS DE ECONOMIA DE RECURSOS

DESCRIÇÃO DO OBJETIVO: Promover ações de economia de recursos com práticas ecoeficientes.

INDICADOR DO OBJETIVO	FÓRMULA	PERIODICIDADE DE APURAÇÃO
Percentual de cumprimento das metas do objetivo 6	Média de cumprimento das metas do objetivo 6	Bimestral

Metas para o Objetivo Estratégico 6

META 6.1	Reduzir o consumo de água em 5% nos 6 maiores prédios do TJSP até 31/12/2013 Ano-referência: 2012	
	2013	2014
	-5% nos 6 maiores Prédios do TJSP	-----
Referência	Objetivo 14 do Planejamento Estratégico em vigor	
Indicador	Percentual de variação do consumo de água	
Fórmula*	$\left(\frac{Ca6_{2013} - Ca6_{2012}}{Ca6_{2012}} \right) \times 100$	
Periodicidade de apuração	Bimestral	

* Os indicadores/variáveis abreviados no campo fórmula estão detalhados no item 8. Glossário de Indicadores e Variáveis.

META 6.2	Reduzir o consumo de água em 5% nos demais prédios do TJSP até 31/12/2014 Ano-referência: 2012	
	2013	2014
	-----	-5% nos demais Prédios do TJSP
Referência	Objetivo 14 do Planejamento Estratégico em vigor	
Indicador	Percentual de variação do consumo de água	
Fórmula*	$\left(\frac{Ca_{2014} - Ca_{2013}}{Ca_{2013}} \right) \times 100$	
Periodicidade de apuração	Bimestral	

* Os indicadores/variáveis abreviados no campo fórmula estão detalhados no item 8. Glossário de Indicadores e Variáveis.

6.3 PERSPECTIVA: RECURSOS

A perspectiva RECURSOS contém os temas estratégicos GESTÃO DE PESSOAS e INFRAESTRUTURA E TECNOLOGIA.

6.3.1 TEMA: GESTÃO DE PESSOAS

O Tema GESTÃO DE PESSOAS é constituído pelos objetivos estratégicos 7, 8 e 9, descritos a seguir.

OBJETIVO ESTRATÉGICO 7

EFETIVAR MECANISMOS DE VALORIZAÇÃO PROFISSIONAL

DESCRIÇÃO DO OBJETIVO: Aprimorar e criar mecanismos de valorização profissional efetivos aos magistrados e servidores, visando o aumento da qualidade dos serviços prestados e fomentando a melhoria do clima organizacional.

INDICADOR DO OBJETIVO	FÓRMULA	PERIODICIDADE DE APURAÇÃO
Percentual de cumprimento das metas do objetivo 7	Média de cumprimento das metas do objetivo 7	Mensal

INDICADOR DE EFETIVIDADE	FÓRMULA	PERIODICIDADE DE APURAÇÃO
Índice de satisfação quanto à valorização profissional (Referência: Pesquisa de Ambiente Interno: 2012)	$\left(\frac{\text{Total respostas BOM quanto à valorização profissional}}{\text{Total de respostas quanto à valorização profissional}} \right) \times 100$	Anual

Metas para o Objetivo Estratégico 7

META 7.1	Apresentar Projeto de Lei reformulando o Plano de Cargos e Carreiras até 31/12/2013	
	2013	2014
	Plano de Cargos e Carreiras reformulado	-----
Referência	Entrevistas com a Assessoria da Presidência	
Indicador	-----	
Fórmula	-----	
Periodicidade de apuração	Semestral	

META 7.2	Implantar o 1º Processo do Instituto de Remoção até 30/09/2013	
	2013	2014
	1º processo do Instituto de Remoção implantado	-----
Referência	Projeto da SPRH	
Indicador	Percentual de cumprimento do projeto de implantação do 1º processo do Instituto de Remoção	
Fórmula	$\left(\frac{\text{Nº de atividades concluídas do projeto de implantação do 1º Processo do Instituto de Remoção}}{\text{Total de atividades previstas do projeto}} \right) \times 100$	
Periodicidade de apuração	Mensal	

META 7.3	Implantar o Centro de Reabilitação e Saúde até 31/12/2013	
	2013	2014
	Centro de Reabilitação e Saúde implantado	-----
Referência	Meta definida em <i>Workshop</i>	
Indicador	Percentual de cumprimento do projeto de implantação do Centro de Reabilitação e Saúde	
Fórmula	$\left(\frac{\text{Nº de atividades concluídas do projeto de implantação do Centro de Reabilitação e Saúde}}{\text{Total de atividades previstas do projeto}} \right) \times 100$	
Periodicidade de apuração	Mensal	

META 7.4	Implantar o Plano de Saúde aos servidores e magistrados do Estado até 31/12/2013	
	2013	2014
	Plano de Saúde implantado	-----
Referência	Meta definida em <i>Workshop</i>	
Indicador	Percentual de cumprimento do projeto de implantação do Plano de Saúde	
Fórmula	$\left(\frac{\text{Nº de atividades concluídas do projeto de implantação do Plano de Saúde}}{\text{Total de atividades previstas do projeto}} \right) \times 100$	
Periodicidade de apuração	Mensal	

META 7.5	Implantar o Programa de Combate à dependência química para servidores até 31/12/2014	
	2013	2014
	-----	Programa de Combate à dependência química implantado
Referência	Meta definida em Workshop	
Indicador	Percentual de cumprimento do projeto de implantação do Programa de Combate à dependência química para servidores	
Fórmula	$\left(\frac{\text{N}^{\circ} \text{ de atividades concluídas do projeto de implantação do Programa de Combate à dependência química para servidores}}{\text{Total de atividades previstas do projeto}} \right) \times 100$	
Periodicidade de apuração	Mensal	

META 7.6	Melhorar em 5% o Clima Organizacional até 31/12/2014	
	Ano-referência: 2013	
	2013	2014
	-----	5%
Referência	Meta definida em <i>Workshop</i>	
Indicador	Percentual de variação das avaliações positivas na pesquisa de clima organizacional de 2014 em relação a 2013	
Fórmula*	$\left(\frac{AP_{2014} - AP_{2013}}{AP_{2013}} \right) \times 100$	
Periodicidade de apuração	Anual	

* Os indicadores/variáveis abreviados no campo fórmula estão detalhados no item 8. Glossário de Indicadores e Variáveis.

OBJETIVO ESTRATÉGICO 8

ADEQUAR OS AGENTES PÚBLICOS AO QUADRO FUNCIONAL

DESCRIÇÃO DO OBJETIVO: Adequar o número de servidores às necessidades de serviços de cada unidade, contribuindo para a melhoria da qualidade dos serviços.

INDICADOR DO OBJETIVO	FÓRMULA	PERIODICIDADE DE APURAÇÃO
Percentual de cumprimento das metas do objetivo 8	Média de cumprimento das metas do objetivo 8	Mensal

INDICADOR DE EFETIVIDADE	FÓRMULA	PERIODICIDADE DE APURAÇÃO
Índice de satisfação dos agentes públicos em relação ao posto de trabalho (Referência 2013)	$\left(\frac{\text{Total respostas identificadas como BOM quanto à satisfação dos agentes públicos em relação ao posto de trabalho}}{\text{Total de respostas}} \right) \times 100$	Anual

Metas para o Objetivo Estratégico 8

META 8.1	Ampliar em 5% o quadro atual de <i>Escreventes Técnicos Judiciários</i> até 31/12/2014 Ano-referência:2013	
	2013	2014
	-----	5%
Referência	Projeto da SPRH	
Indicador	Percentual de variação de Escreventes Técnicos Judiciários nomeados	
Fórmula*	$\left(\frac{ETJt_{2014} - ETJt_{2013}}{ETJt_{2013}} \right) \times 100$	
Periodicidade de apuração	Mensal	

META 8.2	Associar as habilidades de 0,1% do total de servidores aos postos de trabalho até 31/12/2014	
	2013	2014
	-----	0,1%
Referência	Meta definida em Workshop	
Indicador	Percentual de servidores relocados para novo posto de trabalho de acordo com habilidade específica	
Fórmula	$\left(\frac{\text{Nº de servidores relocados para novo posto de trabalho de acordo com habilidade específica}}{\text{Total de servidores}} \right) \times 100$	
Periodicidade de apuração	Mensal	

* Os indicadores/variáveis abreviados no campo fórmula estão detalhados no item 8. Glossário de Indicadores e Variáveis.

META 8.3	Nomear 100% dos cargos de Cirurgião- Dentista até 31/12/2014	
	2013	2014
	-----	100%
Referência	Projeto da SPRH	
Indicador	Percentual de Cirurgiões Dentistas nomeados em relação aos cargos criados	
Fórmula*	$\left(\frac{CDn}{CDc}\right) \times 100$	
Periodicidade de apuração	Mensal	

META 8.4	Suprir 70% das necessidades de preenchimento dos cargos de Auxiliares de Saúde Judiciários da Capital do TJSP até 31/12/2014	
	2013	2014
	-----	70%
Referência	Projeto da SPRH	
Indicador	Percentual de Auxiliares de Saúde Judiciários para a Capital ingressados em relação à necessidade para o TJSP	
Fórmula*	$\left(\frac{ASn}{ASt}\right) \times 100$	
Periodicidade de apuração	Mensal	

* Os indicadores/variáveis abreviados no campo fórmula estão detalhados no item 8. Glossário de Indicadores e Variáveis.

META 8.5	Suprir 70% das necessidades de preenchimento dos cargos de Assistentes Sociais Judiciários do TJSP até 31/12/2014	
	2013	2014
	-----	70%
Referência	Projeto da SPRH	
Indicador	Percentual de Assistentes Sociais ingressados em relação à necessidade para o TJSP	
Fórmula*	$\left(\frac{ASJn}{ASJt}\right) \times 100$	
Periodicidade de apuração	Mensal	

META 8.6	Suprir 70% das necessidades de preenchimento dos cargos de Psicólogos Judiciários do TJSP até 31/12/2014	
	2013	2014
	-----	70%
Referência	Projeto da SPRH	
Indicador	Percentual de Psicólogos Judiciários ingressados em relação à necessidade para o TJSP	
Fórmula*	$\left(\frac{PJn}{PJt}\right) \times 100$	
Periodicidade de apuração	Mensal	

* Os indicadores/variáveis abreviados no campo fórmula estão detalhados no item 8. Glossário de Indicadores e Variáveis.

META 8.7	Adequação de 90% das designações para cargos de comando até 31/12/2014	
	2013	2014
	-----	90%
Referência	Projeto da SPRH	
Indicador	Percentual de cargos de comando adequados	
Fórmula	$\left(\frac{\text{N}^{\circ} \text{ de cargos adequados}}{\text{Total de cargos a serem adequados}} \right) \times 100$	
Periodicidade de apuração	Trimestral	

META 8.8	Suprir 70% das necessidades de preenchimento dos cargos de Contadores Judiciários do TJSP até 31/12/2013	
	2013	2014
	70%	-----
Referência	Projeto da SPRH	
Indicador	Percentual de Contadores Judiciários ingressados em relação à necessidade para o TJSP	
Fórmula*	$\left(\frac{C_{Jn}}{C_{Jt}} \right) \times 100$	
Periodicidade de apuração	Mensal	

* Os indicadores/variáveis abreviados no campo fórmula estão detalhados no item 8. Glossário de Indicadores e Variáveis.

OBJETIVO ESTRATÉGICO 9

CAPACITAR E TREINAR OS AGENTES PÚBLICOS

DESCRIÇÃO DO OBJETIVO: Capacitar e treinar os servidores em temas relativos às áreas de atuação para aumentar a produtividade das unidades judiciais e administrativas.

INDICADOR DO OBJETIVO	FÓRMULA	PERIODICIDADE DE APURAÇÃO
Percentual de agentes públicos capacitados	$\left(\frac{\text{N}^{\circ} \text{ de agentes públicos capacitados}}{\text{Total de agentes públicos}} \right) \times 100$	Trimestral

INDICADOR DE EFETIVIDADE	FÓRMULA*	PERIODICIDADE DE APURAÇÃO
TC - Taxa de Congestionamento do TJSP	$1 - \left(\frac{TBaix}{(Cn + Cp)} \right) \times 100$	Semestral

* Os indicadores/variáveis abreviados no campo fórmula estão detalhados no item 8. Glossário de Indicadores e Variáveis.

Metas para o Objetivo Estratégico 9

META 9.1	Capacitar 20% do quadro de servidores de 1º grau em Administração Judiciária até 31/12/2014	
	2013	2014
	-----	20%
Referência	Entrevistas	
Indicador	Percentual de servidores de 1º grau capacitados em Administração Judiciária	
Fórmula	$\left(\frac{\text{Nº de servidores de 1º grau capacitados em Administração Judiciária}}{\text{Total de servidores de 1º grau}} \right) \times 100$	
Periodicidade de apuração	Mensal	

META 9.2	Capacitar 20% do quadro de servidores de 2º grau em Administração Judiciária até 31/12/2014	
	2013	2014
	-----	20%
Referência	Entrevistas	
Indicador	Percentual de servidores de 2º grau capacitados em Administração Judiciária	
Fórmula	$\left(\frac{\text{Nº de servidores de 2º grau capacitados em Administração Judiciária}}{\text{Total de servidores de 2º grau}} \right) \times 100$	
Periodicidade de apuração	Mensal	

META 9.3	Capacitar 20% dos servidores da área administrativa em Administração Judiciária até 31/12/2014	
	2013	2014
	-----	20%
Referência	Entrevistas	
Indicador	Percentual de servidores da área administrativa capacitados em Administração Judiciária	
Fórmula	$\left(\frac{\text{N}^{\circ} \text{ de servidores da área administrativa capacitados em Administração Judiciária}}{\text{Total de servidores da área administrativa}} \right) \times 100$	
Periodicidade de apuração	Mensal	

6.3.2 TEMA: INFRAESTRUTURA E TECNOLOGIA

O Tema INFRAESTRUTURA E TECNOLOGIA é composto pelos objetivos estratégicos 10, 11 e 12, detalhados a seguir.

OBJETIVO ESTRATÉGICO 10

PROVER ADEQUADA INFRAESTRUTURA FÍSICA

DESCRIÇÃO DO OBJETIVO: Prover as unidades judiciais e administrativas de infraestrutura física adequada, visando melhoria das condições de atendimento aos usuários e de trabalho dos magistrados e servidores.

INDICADOR DO OBJETIVO	FÓRMULA	PERIODICIDADE DE APURAÇÃO
Percentual de cumprimento das metas do objetivo 10	Média de cumprimento das metas do objetivo 10	Mensal

INDICADOR DE EFETIVIDADE	FÓRMULA	PERIODICIDADE DE APURAÇÃO
Índice de satisfação dos agentes públicos em relação à infraestrutura (Referência: Pesquisa de Ambiente Interno 2012)	$\left(\frac{\text{Total de respostas BOM para itens de infraestrutura}}{\text{Total de respostas}} \right) \times 100$	Anual
Índice de satisfação dos agentes públicos em relação à temperatura (Referência: Pesquisa de Ambiente Interno 2012)	$\left(\frac{\text{Total de respostas BOM para temperatura}}{\text{Total de respostas}} \right) \times 100$	Anual

Metas para o Objetivo Estratégico 10

META 10.1	Contratar obras de construção, ampliação e reforma geral referente ao Programa Fórum São Paulo até 31/12/2014	
	2013	2014
		Contratação de obras de construção, ampliação e reforma geral
Referência	Entrevistas com os Juízes Assessores, Pesquisa de Ambiente Interno e Entrevistas com a Alta Administração	
Indicador	_____	
Fórmula	_____	
Periodicidade de apuração	Bimestral	

META 10.2	Desenvolver Programa de Ergonomia, identificando as unidades prioritárias do TJSP até 31/12/2014	
	2013	2014
	-----	Programa de Ergonomia elaborado
Referência	Pesquisa de Ambiente Interno e Entrevistas com a Alta Administração e Assessores da Presidência	
Indicador	Percentual de elaboração do Programa de Ergonomia	
Fórmula	$\left(\frac{\text{N}^{\circ} \text{ de itens do Programa detalhados}}{\text{Total de itens do Programa}} \right) \times 100$	
Periodicidade de apuração	Mensal	

META 10.3	Implantar sinalização padronizada em 90% dos prédios do Tribunal de Justiça até 31/12/2014	
	2013	2014
	20%	90%
Referência	Objetivo 17 do Planejamento Estratégico em vigor	
Indicador	Percentual de prédios do TJSP com sinalização padronizada	
Fórmula	$\left(\frac{\text{N}^{\circ} \text{ de prédios com sinalização padronizada}}{\text{Total de prédios do TJSP}} \right) \times 100$	
Periodicidade de apuração	Mensal	

OBJETIVO ESTRATÉGICO 11

APRIMORAR A INFORMATIZAÇÃO

DESCRIÇÃO DO OBJETIVO: Entregar serviços de Tecnologia da Informação com a qualidade necessária, elevando o grau de percepção de valor agregado aos agentes públicos do TJSP e a satisfação dos usuários internos e externos, visando maior agilidade na tramitação dos processos judiciais e administrativos.

INDICADOR DO OBJETIVO	FÓRMULA	PERIODICIDADE DE APURAÇÃO
Percentual de cumprimento das metas do objetivo 11	Média de cumprimento das metas do objetivo 11	Mensal

INDICADOR DE EFETIVIDADE	FÓRMULA	PERIODICIDADE DE APURAÇÃO
Índice de satisfação dos agentes públicos quanto aos sistemas informatizados (Referência: Pesquisa de Ambiente Interno 2012)	$\left(\frac{\text{Total de respostas BOM para sistemas informatizados}}{\text{Total de respostas}} \right) \times 100$	Anual
Índice de satisfação dos agentes públicos quanto aos equipamentos de Informática (Referência: Pesquisa de Ambiente Interno 2012)	$\left(\frac{\text{Total de respostas BOM para equipamentos de informática}}{\text{Total de respostas}} \right) \times 100$	Anual

Índice de disponibilidade de sistemas on-line Referência: Índice de 2013	$\left(\frac{TTP - TIS}{TTP} \right) \times 100^*$	Trimestral
Percentual de cumprimento do Planejamento Estratégico de TI (PETI)	Média do cumprimento das metas do PETI	Semestral

* Os indicadores/variáveis abreviados no campo fórmula estão detalhados no item 8. Glossário de Indicadores e Variáveis.

Metas para o Objetivo Estratégico 11

META 11.1	Implantar 70% do Portal de Custas até 31/12/2014	
	2013	2014
	30%	70%
Referência	Meta 5 2012, Objetivo 17 do Planejamento Estratégico do TJSP e Planejamento Estratégico de TI (PETI)	
Indicador	Percentual de implantação do Projeto do Portal de Custas	
Fórmula	$\left(\frac{\text{Nº de módulos implantados do Sistema do Portal de Custas}}{\text{Total de módulos do Sistema do Portal de Custas}} \right) \times 100$	
Periodicidade de apuração	Mensal	

META 11.2	Implantar 100% do sistema de registro audiovisual de audiências nas Varas Criminais Centrais e Varas do Júri da Capital até 31/12/2014	
	2013	2014
	-----	100%
Referência	Meta 2 2011 do Poder Judiciário	
Indicador	Percentual de sistemas de registro audiovisual de audiências implantados nas Varas Criminais Centrais e Varas do Júri da Capital	
Fórmula	$\left(\frac{\text{N}^{\circ} \text{ de sistemas de registro audiovisual de audiências implantados nas Varas Criminais Centrais e Varas do Júri da Capital}}{\text{Total de Varas Criminais Centrais e Varas do Júri da Capital}} \right) \times 100$	
Periodicidade de apuração	Mensal	

META 11.3	Implantar 100% das soluções de <i>Business Intelligence</i> (BI) até 30/06/2013	
	2013	2014
	100%	-----
Referência	Planejamento Estratégico de TI (PETI)	
Indicador	Percentual de soluções implantadas do Projeto BI	
Fórmula	$\left(\frac{\text{N}^{\circ} \text{ de soluções de BI implantadas}}{\text{Total de soluções de BI}} \right) \times 100$	
Periodicidade de apuração	Mensal	

META 11.4	Implantar 100% do Sistema único informatizado de gerenciamento de processos até 31/12/2013	
	2013	2014
	100%	-----
Referência	Objetivo 7 do PETJSP e Entrevistas com a Alta Administração	
Indicador	Percentual de implantação do Projeto do Sistema único informatizado de gerenciamento de processos	
Fórmula	$\left(\frac{\text{N}^{\circ} \text{ de unidades implantadas do projeto do Sistema único informatizado de gerenciamento de processos}}{\text{Total de unidades do projeto do Sistema único informatizado de gerenciamento de processos}} \right) \times 100$	
Periodicidade de apuração	Mensal	

META 11.5	Ampliar o número de Varas Digitais para 40% do total até 31/12/2013	
	2013	2014
	40%	-----
Referência	Objetivo 5 do Planejamento Estratégico do TJSP, Planejamento Estratégico de TI (PETI) e Entrevistas com Assessores da Presidência	
Indicador	Percentual de Varas Digitais implantadas	
Fórmula	$\left(\frac{\text{N}^{\circ} \text{ de Varas Digitais}}{\text{Total de Varas a serem digitalizadas}} \right) \times 100$	
Periodicidade de apuração	Mensal	

META 11.6	Implantar o controle digital de processos administrativos em todas as Secretarias diretamente relacionadas com a Presidência do TJSP e Corregedoria Geral de Justiça até 31/12/2013	
	2013	2014
	100%	-----
Referência	Planejamento Estratégico de TI (PETI)	
Indicador	Percentual de Secretarias diretamente relacionadas com a Presidência do TJSP e unidades da Corregedoria Geral com controle digital de processos administrativos implantados	
Fórmula	$\left(\frac{\text{N}^\circ \text{ de Secretarias e unidades da Corregedoria Geral da Justiça com controle digital de proc. adm. implantados}}{\text{Total de Secretarias do TJSP e unidades da Corregedoria de Justiça}} \right) \times 100$	
Periodicidade e de apuração	Mensal	

META 11.7	Implantar o controle digital de processos administrativos nas DARAJs até 31/12/2014	
	2013	2014
	1 DARAj	9 DARAj's
Referência	Meta definida em <i>Workshop</i>	
Indicador	Quantidade de DARAj's com controle digital de processos administrativos implantados	
Fórmula	Nº de DARAj's com controle digital de processos administrativos implantados	
Periodicidade de apuração	Mensal	

META 11.8	Implantar o controle digital de processos administrativos nas demais unidades da Administração até 31/12/2014	
	2013	2014
	-----	100%
Referência	Meta definida em <i>Workshop</i>	
Indicador	Percentual de unidades administrativas com controle digital de processos administrativos implantados	
Fórmula	$\left(\frac{\text{N}^{\circ} \text{ de unidades administrativas com controle digital de processos administrativos implantados}}{\text{Total de unidades administrativas}} \right) \times 100$	
Periodicidade de apuração	Mensal	

META 11.9	Implantar 90% do sistema informatizado de controle de precatórios até 31/12/2014	
	2013	2014
	20%	90%
Referência	Objetivo 12 do Planejamento Estratégico em vigor e Planejamento Estratégico de TI (PETI)	
Indicador	Percentual de módulos implantados do sistema de controle de precatórios	
Fórmula	$\left(\frac{\text{N}^{\circ} \text{ de módulos do sistema de controle de precatórios}}{\text{Total de módulos do sistema de controle de precatórios}} \right) \times 100$	
Periodicidade de apuração	Mensal	

META 11.10	Ajustar e implantar 100% dos módulos do SAJADM da Secretaria de Orçamento e Finanças (SOF) até 31/12/2014	
	2013	2014
	80%	100%
Referência	Projeto da SOF	
Indicador	Percentual de módulos do SAJADM da SOF implantados	
Fórmula	$\left(\frac{\text{Nº de módulos da SAJADM da SOF implantados}}{\text{Total de módulos SAJADM da SOF}} \right) \times 100$	
Periodicidade de apuração	Mensal	

META 11.11	Informatizar 100% da Secretaria de Planejamento de Recursos Humanos (SPRH) até 31/12/2014	
	2013	2014
	50%	100%
Referência	Projeto da SPRH	
Indicador	Percentual de implantação dos Sistemas da SPRH	
Fórmula	$\left(\frac{\text{Nº de módulos da SPRH implantados}}{\text{Total de módulos da SPRH a serem implantados}} \right) \times 100$	
Periodicidade de apuração	Mensal	

META 11.12	Informatizar 80% da Secretaria de Gerenciamento de Recursos Humanos (SGRH) até 31/12/2014	
	2013	2014
	40%	80%
Referência	Meta definida em <i>Workshop</i>	
Indicador	Percentual de implantação dos Sistemas da SGRH	
Fórmula	$\left(\frac{\text{Nº de módulos da SGRH implantados}}{\text{Total de módulos da SGRH a serem implantados}} \right) \times 100$	
Periodicidade de apuração	Mensal	

META 11.13	Informatizar 100% da Secretaria da Área da Saúde (SAS) até 31/12/2014	
	2013	2014
	50%	100%
Referência	Meta definida em <i>Workshop</i>	
Indicador	Percentual de implantação dos Sistemas da SAS	
Fórmula	$\left(\frac{\text{Nº de módulos da SAS implantados}}{\text{Total de módulos da SAS a serem implantados}} \right) \times 100$	
Periodicidade de apuração	Mensal	

META 11.14	Criar e instalar processo digital em 100% das Câmaras até 30/06/2014	
	2013	2014
	70%	100%
Referência	Objetivo 8 do Planejamento Estratégico em vigor e Planejamento Estratégico de TI (PETI)	
Indicador	Percentual de Câmaras com processo digital instalado	
Fórmula	$\left(\frac{\text{N}^{\circ} \text{ de Câmaras com processo digital instalado}}{\text{Total de Câmaras}} \right) \times 100$	
Periodicidade de apuração	Mensal	

META 11.15	Importar 100% dos dados de autuação de 1º para 2º grau até 30/09/2013	
	2013	2014
	100%	-----
Referência	Projeto da Secretaria da Judiciária	
Indicador	Percentual de implantação do projeto de importação dos dados de autuação de 1º para 2º grau	
Fórmula	$\left(\frac{\text{N}^{\circ} \text{ de de atividades concluídas}}{\text{Total de atividades do projeto}} \right) \times 100$	
Periodicidade de apuração	Mensal	

OBJETIVO ESTRATÉGICO 12

PROMOVER A SEGURANÇA

DESCRIÇÃO DO OBJETIVO: Promover a Segurança dos agentes públicos interna e externamente ao Tribunal de Justiça de São Paulo.

INDICADOR DO OBJETIVO	FÓRMULA	PERIODICIDADE DE APURAÇÃO
Percentual de cumprimento das metas do objetivo 12	Média de cumprimento das metas do objetivo 12	Mensal

INDICADOR DE EFETIVIDADE	FÓRMULA	PERIODICIDADE DE APURAÇÃO
Índice de satisfação dos agentes públicos quanto à segurança (Referência: Pesquisa de Ambiente Interno 2012)	$\left(\frac{\text{N}^{\circ} \text{ de respostas BOM para segurança}}{\text{Total de respostas}} \right) \times 100$	Anual

Metas para o Objetivo Estratégico 12

META 12.1	Adotar circuito fechado de TV em 90% dos prédios de entrância final até 31/12/2014	
	2013	2014
	30%	90%
Referência	Entrevistas com os Juízes Assessores	
Indicador	Percentual de prédios de entrância final com circuito de TV instalados	
Fórmula	$\left(\frac{\text{N}^{\circ} \text{ de prédios com circuito de TV instalados}}{\text{Total de prédios de entrância final}} \right) \times 100$	
Periodicidade de apuração	Mensal	

META 12.2	Implantar a Identificação de usuários em 30% dos prédios de entrância final até 31/12/2014	
	2013	2014
	5%	30%
Referência	Entrevistas com os Juízes Assessores	
Indicador	Percentual de prédios de entrância final com identificação implantada	
Fórmula	$\left(\frac{\text{N}^{\circ} \text{ de prédios da entrância final com identificação implantada}}{\text{Total de prédios de entrância final}} \right) \times 100$	
Periodicidade de apuração	Mensal	

META 12.3	Demarcar área de segurança em todos os prédios do TJSP até 31/12/2014	
	2013	2014
	25%	100%
Referência	Entrevistas com os Juízes Assessores	
Indicador	Percentual de prédios com área de segurança demarcada	
Fórmula	$\left(\frac{\text{N}^{\circ} \text{ de prédios com área de segurança demarcada}}{\text{Total de prédios}} \right) \times 100$	
Periodicidade de apuração	Mensal	

META 12.4	Realizar um exercício de abandono de prédio em 100% dos prédios de entrância final até 31/12/2014	
	2013	2014
	-----	100%
Referência	Projeto da SPRH	
Indicador	Total de simulações realizadas por ano	
Fórmula	$\left(\frac{\text{Somatória do número de exercícios realizados por prédio de entrância final}}{\text{Total de prédios de entrância final}} \right) \times 100$	
Periodicidade de apuração	Mensal	

7. BIBLIOGRAFIA

1. CAVALCANTI, Francisco Antonio. **Planejamento Estratégico Participativo: Concepção, Implementação e Controle de Estratégias**. 1 ed. São Paulo: Editora Senac São Paulo, 2008.
2. CERTO, Samuel C.; PETER, J.P.; MARCONDES, Reynaldo Cavalheiro; CESAR, Ana Maria Roux. **Administração estratégica: planejamento e implantação da estratégia**. 2ª ed. São Paulo: Pearson Education do Brasil, 2005.
3. CONSELHO NACIONAL DE JUSTIÇA. **Relatório Justiça em Números: glossários**. Disponível em: < http://www.cnj.jus.br/relatorio_interativo/todos_glossarios.htm>. Acesso em: 30 out. 2012.
4. FISCHMANN, Adalberto A; ALMEIDA, Martinho Isnard Ribeiro de. **Planejamento Estratégico na Prática**. 2ª ed. São Paulo: Atlas, 2009.
5. KALLÁS, David; COUTINHO, André Ribeiro, organizadores. **Gestão da Estratégia: experiências e lições de empresas brasileiras**. 6ª ed. Rio de Janeiro: Campus, 2005.
6. KAPLAN, Robert; NORTON, David. **A Estratégia em Ação: Balanced Scorecard**. 32ª ed. Rio de Janeiro: Elsevier, 1997.
7. KAPLAN, Robert; NORTON, David. **Mapas Estratégicos: convertendo ativos intangíveis em resultados tangíveis**. 10ª ed. Rio de Janeiro: Elsevier, 2004.
8. MINTZBERG, Henry. **Ascensão e queda do Planejamento Estratégico**. 1. ed. Porto Alegre: Bookman, 2004.
9. REZENDE, Denis Alcides. **Planejamento de Estratégias e Informações Municipais para Cidade Digital: guia para projetos em prefeituras e organizações públicas**. São Paulo: Atlas, 2012.
10. REZENDE, Denis Alcides. **Planejamento Estratégico Público ou Privado: guia para projetos em organizações de governo ou de negócios**. São Paulo: Atlas, 2011.

8. GLOSSÁRIO DE INDICADORES E VARIÁVEIS

8.1 INDICADORES/VARIÁVEIS DE LITIGIOSIDADE

O Glossário a seguir foi extraído em sua maior parte do Glossário do Relatório Justiça em Números 2011 do Conselho Nacional de Justiça.

INDICADORES DE LITIGIOSIDADE TJSP (1ª E 2ª INSTÂNCIAS)

INDICADOR/ VARIÁVEL	DESCRIÇÃO	FÓRMULA RELACIONADA	FONTE DE DADOS
Cn – Total de Casos Novos	Total de casos novos de 1ª e 2ª instâncias do TJSP.	$Cn1^{a\text{inst}} + Cn2^{a}$	Secretaria de Primeira Instância e Secretaria Judiciária
Cp – Total de Casos Pendentes	Total de casos pendentes de 1ª e 2ª instâncias do TJSP.	$Cp1^{a\text{inst}} + Cp2^{a}$	Secretaria de Primeira Instância e Secretaria Judiciária
TBaix – Total de Processos Baixados	Total de Processos Baixados de 1ª e 2ª instâncias do TJSP.	$Tbaix1^{a\text{inst}} + Tbaix2^{a}$	Secretaria de Primeira Instância e Secretaria Judiciária
TC – Taxa de Congestionamento	Taxa de congestionamento de 1ª e 2ª instâncias do TJSP.	$1 - \left(\frac{TBaix}{(Cn + Cp)} \right) \times 100$	Secretaria de Primeira Instância e Secretaria Judiciária

1ª INSTÂNCIA: Comum, Turmas Recursais e Juizados Especiais

INDICADOR/ VARIÁVEL	DESCRIÇÃO	FÓRMULA	FONTE DE DADOS
Cn1ªinst - Casos Novos na 1ª Instância	Número de casos novos que ingressaram ou foram protocolizados na 1ª Instância do TJSP.	$Cn1^{\circ} + CnTR + CnJE$	Secretaria de Primeira Instância
Cp1ªinst - Casos Pendentes na 1ª Instância	Número de casos pendentes na 1ª Instância do TJSP.	$Cp1^{\circ} + CpTR + CpJE$	Secretaria de Primeira Instância
TBaix1ªinst - Total de Processos Baixados na 1ª Instância	Número de processos baixados na 1ª Instância do TJSP.	$Tbaix1^{\circ} + TbaixTR + TbaixJE$	Secretaria de Primeira Instância
TC1ªinst - Taxa de Congestionamento na 1ª Instância	Taxa de congestionamento na 1ª Instância do TJSP.	$1 - \left(\frac{TBaix1^{\circ}inst}{(Cn1^{\circ}inst + Cp1^{\circ}inst)} \right) \times 100$	Secretaria de Primeira Instância

1º Grau Comum

INDICADOR/ VARIÁVEL	DESCRIÇÃO	FÓRMULA	FONTE DE DADOS
Cn1º - Casos Novos no 1º Grau	Soma de casos novos de conhecimento no 1º Grau, de Execução no 1º Grau, de Execução de Título Extrajudicial no 1º Grau e de Execução Judicial no 1º Grau	$CnC1^{\circ} + CnEx1^{\circ} + CnExt1^{\circ} + ExeJud1^{\circ}$	Secretaria de Primeira Instância
Cp1º - Casos Pendentes no 1º Grau	Total de casos pendentes no 1º Grau, compreendendo os casos novos de conhecimento, de execução e de execução judicial.	$CpC1^{\circ} + CpEx1^{\circ} + ExeJudP1^{\circ}$	Secretaria de Primeira Instância
TBaix1º - Total de Processos Baixados no 1º Grau	Total de processos baixados de conhecimento de 1º Grau e de Execução de 1º Grau	$TBaixC1^{\circ} + TbaixEx1^{\circ}$	Secretaria de Primeira Instância

1º Grau Conhecimento

INDICADOR/ VARIÁVEL	DESCRIÇÃO	FÓRMULA	FONTE DE DADOS
CnC1º - Casos Novos de Conhecimento no 1º Grau	Número de casos novos de conhecimento que ingressaram ou foram protocolizados no 1º Grau do TJSP. Os processos criminais de conhecimento, cautelares, mandamentais e ações constitucionais que ingressaram ou foram protocolizados na Justiça Estadual de 1º Grau, incluídos os embargos de terceiros. Excluem-se, os recursos internos (embargos de declaração), as cartas precatórias e de ordem recebidas e outros procedimentos passíveis de solução por despacho de mero expediente. Excluem-se, ainda, os processos infracionais.	$CnCCrim1º + CnCNCrim1º$	Secretaria de Primeira Instância
CnCrim1º - Casos Novos de Conhecimento no 1º Grau Criminais	Número de casos novos de conhecimento criminais que ingressaram ou foram protocolizados no 1º Grau do TJSP. Os processos criminais de conhecimento, cautelares, mandamentais e ações constitucionais que ingressaram ou foram protocolizados na Justiça Estadual de 1º Grau no período-base (semestre), incluídos os embargos de terceiros. Excluem-se, os recursos internos (embargos de declaração), as cartas precatórias e de ordem recebidas e outros procedimentos passíveis de solução por despacho de mero expediente. Excluem-se, ainda, os processos infracionais.	_____	Secretaria de Primeira Instância



Revisão do Planejamento Estratégico do Tribunal de Justiça de São Paulo
Biênio 2013-2014

CnCNCrim1º - Casos Novos de Conhecimento no 1º Grau Não-Criminais	<p>Número de casos novos de conhecimento não-criminais que ingressaram ou foram protocolizados no 1º Grau do TJSP.</p> <p>Os processos não-criminais de conhecimento, cautelares, mandamentais e ações constitucionais que ingressaram ou foram protocolizados na Justiça Estadual de 1º Grau, incluídos os embargos do devedor na execução de título extrajudicial e na execução fiscal e os embargos de terceiros. Excluem-se os embargos à execução de título judicial, as impugnações aos cálculos e ao cumprimento de títulos judiciais, os recursos internos (embargos de declaração), as cartas precatórias e de ordem recebidas e outros procedimentos passíveis de solução por despacho de mero expediente. Incluem-se os processos infracionais.</p>	_____	Secretaria de Primeira Instância
CpC1º - Casos Pendentes de Conhecimento no 1º Grau	<p>Número de casos pendentes de conhecimento no 1º Grau do TJSP.</p>	CpCCrim1º + CpCNCrim1º	Secretaria de Primeira Instância
CpCCrim1º - Casos Pendentes de Conhecimento no 1º Grau Criminais	<p>Número de casos pendentes de conhecimento criminais no 1º Grau do TJSP.</p> <p>Saldo residual de processos criminais de conhecimento, cautelares, mandamentais e ações constitucionais que ingressaram ou foram protocolizados na Justiça Estadual de 1º Grau e que não foram baixados, incluídos os embargos de terceiros. Excluem-se os recursos internos (embargos de declaração), as cartas precatórias e de ordem recebidas e outros procedimentos passíveis de solução por despacho de mero expediente. Excluem-se, ainda, os processos infracionais.</p>	_____	Secretaria de Primeira Instância



Revisão do Planejamento Estratégico do Tribunal de Justiça de São Paulo
Biênio 2013-2014

CpCNCrim1º - Casos Pendentes de Conhecimento no 1º Grau Não-Criminais	Número de casos pendentes de conhecimento não-criminais no 1º Grau do TJSP. Saldo residual de processos não-criminais de conhecimento, cautelares, mandamentais e ações constitucionais que ingressaram ou foram protocolizados na Justiça Estadual de 1º Grau e que não foram baixados, incluídos os embargos do devedor na execução de título extrajudicial e na execução fiscal e os embargos de terceiros. Excluem-se os embargos à execução de título judicial, as impugnações aos cálculos e ao cumprimento de títulos judiciais, os recursos internos (embargos de declaração), as cartas precatórias e de ordem recebidas e outros procedimentos passíveis de solução por despacho de mero expediente. Incluem-se os processos infracionais.	_____	Secretaria de Primeira Instância
SentC1º_{ac} - Sentenças de Conhecimento no 1º Grau no ano corrente	Número de sentenças de conhecimento no 1º Grau do TJSP no ano corrente (2013 ou 2014).	<i>SentCCrim1º_{ac} + SentCNCrim1º_{ac}</i>	Secretaria de Primeira Instância
SentC1º₂₀₁₂ – Sentenças de Conhecimento no 1º Grau em 2012	Número de sentenças de conhecimento no 1º Grau do TJSP em 2012.	<i>SentCCrim1º₂₀₁₂ + SentCNCrim1º₂₀₁₂</i>	Secretaria de Primeira Instância
SentCCrim1º_{ac} - Sentenças de Conhecimento no 1º Grau Criminais no ano corrente	Todas as sentenças criminais proferidas na fase de conhecimento no 1º Grau. Havendo mais de uma sentença no mesmo processo, todas devem ser consideradas. Incluem-se apenas as sentenças nas classes processuais compreendidas na variável CnCCrim1º - Casos novos de conhecimento no 1º grau criminais. Excluem-se os processos infracionais.	_____	Secretaria de Primeira Instância



Revisão do Planejamento Estratégico do Tribunal de Justiça de São Paulo
Biênio 2013-2014

SentCCrim1º₂₀₁₂ - Sentenças de Conhecimento no 1º Grau Criminais em 2012	Todas as sentenças criminais proferidas na fase de conhecimento no 1º Grau em 2012. Havendo mais de uma sentença no mesmo processo, todas devem ser consideradas. Incluem-se apenas as sentenças nas classes processuais compreendidas na variável CnCCrim1º - Casos novos de conhecimento no 1º grau criminais. Excluem-se os processos infracionais.	_____	Secretaria de Primeira Instância
SentCNCrim1º_{ac} - Sentenças de Conhecimento no 1º Grau Não-Criminais no ano corrente	Todas as sentenças não-criminais proferidas na fase de conhecimento no 1º Grau do TJSP no ano corrente. Havendo mais de uma sentença no mesmo processo, todas devem ser consideradas. Incluem-se apenas as sentenças nas classes processuais compreendidas na variável CnCNCrim1º - Casos novos de conhecimento no 1º Grau não-criminais. Incluem-se os processos infracionais.	_____	Secretaria de Primeira Instância
SentCNCrim1º₂₀₁₂ - Sentenças de Conhecimento no 1º Grau Não-Criminais em 2012	Todas as sentenças não-criminais proferidas na fase de conhecimento no 1º Grau do TJSP em 2012. Havendo mais de uma sentença no mesmo processo, todas devem ser consideradas. Incluem-se apenas as sentenças nas classes processuais compreendidas na variável CnCNCrim1º - Casos novos de conhecimento no 1º Grau não-criminais. Incluem-se os processos infracionais.	_____	Secretaria de Primeira Instância
TBaixC1º - Total de Processos de Conhecimento Baixados no 1º Grau	Número de processos de conhecimento baixados no 1º Grau do TJSP.	TBaixCCrim1º + TBaixCNCrim1º	Secretaria de Primeira Instância



Revisão do Planejamento Estratégico do Tribunal de Justiça de São Paulo
Biênio 2013-2014

TBaixCCrim1º - Processos de Conhecimento Baixados no 1º Grau Criminais	Número de processos de conhecimento baixados no 1º Grau criminais do TJSP. Os processos criminais de conhecimento, cautelares, mandamentais, ações constitucionais que foram baixados na Justiça Estadual de 1º Grau, incluídos os embargos de terceiros. Consideram-se baixados os processos: a) remetidos para outros órgãos judiciais competentes, desde que vinculados a tribunais diferentes; b) remetidos para as instâncias superiores; c) arquivados definitivamente; d) em que houve decisões que transitaram em julgado e iniciou-se a liquidação, cumprimento ou execução. Não se constituem por baixas as remessas para cumprimento de diligências e as entregas para carga/vista. Havendo mais de um movimento de baixa no mesmo processo, apenas o primeiro deve ser considerado. Incluem-se apenas as baixas nas classes processuais compreendidas na variável CnCrim1º - Casos novos de conhecimento no 1º grau criminais. Excluem-se os processos infracionais.	_____	Secretaria de Primeira Instância
TBaixCNCrim1º - Processos de Conhecimento Baixados no 1º Grau Não-Criminais	Número de processos de conhecimento baixados no 1º Grau não-criminais do TJSP. Os processos não-criminais de conhecimento, cautelares, mandamentais, ações constitucionais que foram baixados na Justiça Estadual de 1º Grau, incluídos os embargos do devedor na execução de título extrajudicial e na execução fiscal e os embargos de terceiros. Consideram-se baixados os processos: a) remetidos para outros órgãos judiciais competentes, desde que vinculados a tribunais diferentes; b) remetidos para as instâncias superiores; c) arquivados definitivamente; d) em que houve decisões que transitaram em julgado e iniciou-se a liquidação, cumprimento ou execução. Não se constituem por baixas as remessas para cumprimento de diligências e as entregas para carga/vista. Havendo mais de um movimento de baixa no mesmo processo, apenas o primeiro deve ser considerado. Incluem-se apenas as baixas nas classes processuais compreendidas na variável CnCNCrim1º - Casos novos de conhecimento no 1º grau não-criminais. Incluem-se os processos infracionais.	_____	Secretaria de Primeira Instância

1º Grau Execução

INDICADOR/ VARIÁVEL	DESCRIÇÃO	FÓRMULA	FONTE DE DADOS
CnEx1º - Casos Novos de Execução no 1º Grau	Número de casos novos de execução de títulos judiciais e extrajudiciais que iniciaram no 1º Grau do TJSP.	$CnExt1º + ExeJud1º$	Secretaria de Primeira Instância
CnExt1º - Casos Novos de Execução de Título Extrajudicial no 1º Grau	Número de casos novos de execução de títulos executivos extrajudiciais que iniciaram no 1º Grau do TJSP.	$CnExtFisc1º + CnExtNFisc1º$	Secretaria de Primeira Instância
CnExtFisc1º - Casos Novos de Execução Fiscal no 1º Grau	As execuções fiscais que ingressaram ou foram protocolizadas na Justiça Estadual de 1º Grau. Excluem-se os precatórios judiciais e as Requisições de Pequeno Valor (RPV's).	_____	Secretaria de Primeira Instância
CnExtFisc1º₂₀₁₂ - Casos Novos de Execução Fiscal no 1º Grau em 2012	As execuções fiscais que ingressaram ou foram protocolizadas na Justiça Estadual de 1º Grau em 2012. Excluem-se os precatórios judiciais e as Requisições de Pequeno Valor (RPV's).	_____	Secretaria de Primeira Instância
CnExtFisc1º₂₀₁₄ - Casos Novos de Execução Fiscal no 1º Grau em 2014	As execuções fiscais que ingressaram ou foram protocolizadas na Justiça Estadual de 1º Grau em 2014. Excluem-se os precatórios judiciais e as Requisições de Pequeno Valor (RPV's).	_____	Secretaria de Primeira Instância
CnExtNFisc1º - Casos Novos de Execução de Título Extrajudicial no 1º Grau, exceto execuções fiscais	As execuções de títulos executivos extrajudiciais (exceto execuções fiscais) que ingressaram ou foram protocolizadas na Justiça Estadual de 1º Grau. Excluem-se os precatórios judiciais e as Requisições de Pequeno Valor (RPV's).	_____	Secretaria de Primeira Instância



Revisão do Planejamento Estratégico do Tribunal de Justiça de São Paulo
Biênio 2013-2014

CnExtNFisc1º₂₀₁₂ - Casos Novos de Execução de Título Extrajudicial no 1º Grau em 2012, exceto execuções fiscais	As execuções de títulos executivos extrajudiciais (exceto execuções fiscais) que ingressaram ou foram protocolizadas na Justiça Estadual de 1º Grau em 2012. Excluem-se os precatórios judiciais e as Requisições de Pequeno Valor (RPV's).	_____	Secretaria de Primeira Instância
CnExtNFisc1º₂₀₁₄ - Casos Novos de Execução de Título Extrajudicial no 1º Grau em 2014, exceto execuções fiscais	As execuções de títulos executivos extrajudiciais (exceto execuções fiscais) que ingressaram ou foram protocolizadas na Justiça Estadual de 1º Grau em 2014. Excluem-se os precatórios judiciais e as Requisições de Pequeno Valor (RPV's).	_____	Secretaria de Primeira Instância
CpExt1º - Casos Pendentes de Execução no 1º Grau	Número de casos pendentes de execução de títulos judiciais e extrajudiciais no 1º Grau do TJSP.	CpExt1º + ExeJudP1º	Secretaria de Primeira Instância
CpExt1º - Casos Pendentes de Execução de Título Extrajudicial no 1º Grau	Número de casos pendentes de execução de títulos executivos extrajudiciais no 1º Grau do TJSP.	CpExtFisc1º + CpExtNFisc1º	Secretaria de Primeira Instância
CpExtFisc1º - Casos Pendentes de Execução Fiscal no 1º Grau	Saldo residual de processos de execução fiscal que ingressaram ou foram protocolizados na Justiça Estadual de 1º Grau. Excluem-se os precatórios judiciais e as Requisições de Pequeno Valor (RPV's).	_____	Secretaria de Primeira Instância
CpExtFisc1º₂₀₁₁ - Casos Pendentes de Execução Fiscal no 1º Grau em 2011	Saldo residual de processos de execução fiscal que ingressaram ou foram protocolizados na Justiça Estadual de 1º Grau em 2011 e que não foram baixados. Excluem-se os precatórios judiciais e as Requisições de Pequeno Valor (RPV's).	_____	Secretaria de Primeira Instância
CpExtFisc1º₂₀₁₃ - Casos Pendentes de Execução Fiscal no 1º Grau em 2013	Saldo residual de processos de execução fiscal que ingressaram ou foram protocolizados na Justiça Estadual de 1º Grau em 2013 e que não foram baixados. Excluem-se os precatórios judiciais e as Requisições de Pequeno Valor (RPV's).	_____	Secretaria de Primeira Instância



Revisão do Planejamento Estratégico do Tribunal de Justiça de São Paulo
Biênio 2013-2014

CpExtNFisc1º - Casos Pendentes de Execução de Título Extrajudicial no 1º Grau, exceto execuções fiscais	Saldo residual de processos de execução de títulos executivos extrajudiciais (exceto execuções fiscais) que ingressaram ou foram protocolizados na Justiça Estadual de 1º Grau e que não foram baixados. Excluem-se os precatórios judiciais e as Requisições de Pequeno Valor (RPV's).	_____	Secretaria de Primeira Instância
CpExtNFisc2011 - Casos Pendentes de Execução de Título Extrajudicial no 1º Grau em 2011, exceto execuções fiscais	Saldo residual de processos de execução de títulos executivos extrajudiciais (exceto execuções fiscais) que ingressaram ou foram protocolizados na Justiça Estadual de 1º Grau em 2011, e que não foram baixados. Excluem-se os precatórios judiciais e as Requisições de Pequeno Valor (RPV's).	_____	Secretaria de Primeira Instância
CpExtNFisc2013 - Casos Pendentes de Execução de Título Extrajudicial no 1º Grau em 2013, exceto execuções fiscais	Saldo residual de processos de execução de títulos executivos extrajudiciais (exceto execuções fiscais) que ingressaram ou foram protocolizados na Justiça Estadual de 1º Grau em 2013, e que não foram baixados. Excluem-se os precatórios judiciais e as Requisições de Pequeno Valor (RPV's).	_____	Secretaria de Primeira Instância
ExeJud1º - Casos Novos de Execução Judicial no 1º Grau	Os processos de execução de título judicial que ingressaram ou foram protocolizados, inclusive os decorrentes de certidões de crédito trabalhista. Excluem-se os precatórios judiciais e as Requisições de Pequeno Valor (RPV's).	ExeJudCrimPL1º + ExeJudCrimNPL1º + ExeJudNCrim1º	Secretaria de Primeira Instância
ExeJudCrimPL1º - Execuções de Penas Privativas de Liberdade no 1º Grau	Os processos de execução penal de penas privativas de liberdade, inclusive de execuções provisórias, que ingressaram ou foram protocolizados na Justiça Estadual.	_____	Secretaria de Primeira Instância
ExeJudCrimNPL1º - Execuções de Penas Não-Privativas de Liberdade no 1º Grau	Os processos de execução penal de penas não-privativas de liberdade, que ingressaram ou foram protocolizados no 1º Grau da Justiça Estadual.	_____	Secretaria de Primeira Instância



Revisão do Planejamento Estratégico do Tribunal de Justiça de São Paulo
Biênio 2013-2014

ExeJudNCrim1º - Execuções Judiciais no 1º Grau, exceto execuções penais	Os processos de execução de título judicial ou de cumprimento de sentença que ingressaram ou foram protocolizados no 1º Grau da Justiça Estadual. Excluem-se os precatórios judiciais e as Requisições de Pequeno Valor (RPV's), bem como as execuções penais.	_____	Secretaria de Primeira Instância
ExeJudP1º - Casos Pendentes de Execução Judicial no 1º Grau	Número de casos pendentes de execução judicial 1º Grau da Justiça Estadual.	ExeJudPCrimPL1º + ExeJudPCrimNPL1º + ExeJudPNCrim1º	Secretaria de Primeira Instância
ExeJudPCrimPL1º - Execuções Pendentes de Penas Privativas de Liberdade no 1º Grau	Saldo residual de processos de execução penal de penas privativas de liberdade, inclusive de execuções provisórias, que ingressaram ou foram protocolizados na Justiça Estadual de 1º Grau e que não foram baixados.	_____	Secretaria de Primeira Instância
ExeJudPCrimNPL1º - Execuções Pendentes de Penas Não-Privativas de Liberdade no 1º Grau	Saldo residual de processos de execução penal de penas não-privativas de liberdade, que ingressaram ou foram protocolizados na Justiça Estadual de 1º Grau e que não foram baixados.	_____	Secretaria de Primeira Instância
ExeJudPNCrim1º - Execuções Judiciais Pendentes no 1º Grau, exceto execuções penais	Saldo residual de processos de execução de título judicial ou cumprimento de sentença que ingressaram ou foram protocolizados na Justiça Estadual de 1º Grau e que não foram baixados. Excluem-se os precatórios judiciais e as Requisições de Pequeno Valor (RPV's), bem como as execuções penais.	_____	Secretaria de Primeira Instância
TBaixEx1º - Total de Processos Baixados de Execução no 1º Grau	Número de processos de execução de títulos judiciais e extrajudiciais que foram baixados no 1º Grau da Justiça Estadual.	TBaixExt1º + TBaixJud1º	Secretaria de Primeira Instância
TBaixExt1º - Total de Processos Baixados de Execução de Título Extrajudicial no 1º Grau	Número de processos de execução de títulos executivos extrajudiciais que foram baixados no 1º Grau.	TBaixExtFisc1º + TBaixExtNFisc1º	Secretaria de Primeira Instância



Revisão do Planejamento Estratégico do Tribunal de Justiça de São Paulo
Biênio 2013-2014

TBaixExtFisc1º - Total de Processos Baixados de Execução Fiscal no 1º Grau	Os processos de execuções fiscais que foram baixados na Justiça Estadual de 1º Grau. Consideram-se baixados os processos: a) remetidos para outros órgãos judiciais competentes, desde que vinculados a tribunais diferentes; b) remetidos para a instância superior; c) arquivados definitivamente. Não se constituem por baixas as remessas para cumprimento de diligências e as entregas para carga/vista. Havendo mais de um movimento de baixa no mesmo processo, apenas o primeiro deve ser considerado.	_____	Secretaria de Primeira Instância
TBaixExtFisc1º₂₀₁₂ – Total de Processos Baixados de Execução Fiscal no 1º Grau em 2012	Os processos de execuções fiscais que foram baixados na Justiça Estadual de 1º Grau em 2012. Consideram-se baixados os processos: a) remetidos para outros órgãos judiciais competentes, desde que vinculados a tribunais diferentes; b) remetidos para a instância superior; c) arquivados definitivamente. Não se constituem por baixas as remessas para cumprimento de diligências e as entregas para carga/vista. Havendo mais de um movimento de baixa no mesmo processo, apenas o primeiro deve ser considerado.	_____	Secretaria de Primeira Instância
TBaixExtFisc1º₂₀₁₄ - Total de Processos Baixados de Execução Fiscal no 1º Grau em 2014	Os processos de execuções fiscais que foram baixados na Justiça Estadual de 1º Grau em 2014. Consideram-se baixados os processos: a) remetidos para outros órgãos judiciais competentes, desde que vinculados a tribunais diferentes; b) remetidos para a instância superior; c) arquivados definitivamente. Não se constituem por baixas as remessas para cumprimento de diligências e as entregas para carga/vista. Havendo mais de um movimento de baixa no mesmo processo, apenas o primeiro deve ser considerado.	_____	Secretaria de Primeira Instância



Revisão do Planejamento Estratégico do Tribunal de Justiça de São Paulo
Biênio 2013-2014

TBaixExtNFisc1º - Total de Processos Baixados de Execução de Títulos Extrajudiciais no 1º Grau, exceto execuções fiscais	Os processos de execução de títulos executivos extrajudiciais que foram baixados na Justiça Estadual de 1º Grau. Consideram-se baixados os processos: a) remetidos para outros órgãos judiciais competentes, desde que vinculados a tribunais diferentes; b) remetidos para a instância superior; c) arquivados definitivamente. Não se constituem por baixas as remessas para cumprimento de diligências e as entregas para carga/vista. Excluem-se as execuções fiscais. Havendo mais de um movimento de baixa no mesmo processo, apenas o primeiro deve ser considerado. Incluem-se apenas as baixas nas classes processuais compreendidas na variável CnExtNFisc1º - Casos novos de execução de título extrajudicial no 1º Grau, exceto execuções fiscais.	_____	Secretaria de Primeira Instância
TBaixExtNFisc1º₂₀₁₂ - Total de Processos Baixados de Execução de Títulos Extrajudiciais no 1º Grau em 2012, exceto execuções fiscais	Os processos de execução de títulos executivos extrajudiciais que foram baixados na Justiça Estadual de 1º Grau em 2012. Consideram-se baixados os processos: a) remetidos para outros órgãos judiciais competentes, desde que vinculados a tribunais diferentes; b) remetidos para a instância superior; c) arquivados definitivamente. Não se constituem por baixas as remessas para cumprimento de diligências e as entregas para carga/vista. Excluem-se as execuções fiscais. Havendo mais de um movimento de baixa no mesmo processo, apenas o primeiro deve ser considerado. Incluem-se apenas as baixas nas classes processuais compreendidas na variável CnExtNFisc1º - Casos novos de execução de título extrajudicial no 1º Grau, exceto execuções fiscais.	_____	Secretaria de Primeira Instância



Revisão do Planejamento Estratégico do Tribunal de Justiça de São Paulo
Biênio 2013-2014

TBaixExtNFisc1º₂₀₁₄ - Total de Processos Baixados de Execução de Títulos Extrajudiciais no 1º Grau em 2014, exceto execuções fiscais	Os processos de execução de títulos executivos extrajudiciais que foram baixados na Justiça Estadual de 1º Grau em 2014. Consideram-se baixados os processos: a) remetidos para outros órgãos judiciais competentes, desde que vinculados a tribunais diferentes; b) remetidos para a instância superior; c) arquivados definitivamente. Não se constituem por baixas as remessas para cumprimento de diligências e as entregas para carga/vista. Excluem-se as execuções fiscais. Havendo mais de um movimento de baixa no mesmo processo, apenas o primeiro deve ser considerado. Incluem-se apenas as baixas nas classes processuais compreendidas na variável CnExtNFisc1º - Casos novos de execução de título extrajudicial no 1º Grau, exceto execuções fiscais.	_____	Secretaria de Primeira Instância
TBaixJud1º - Total de Processos Baixados de Execução Judicial no 1º Grau	Número de processos de execução judicial que foram baixados no 1º Grau do TJSP.	TBaixJudCrimPL1º + TBaixJudCrimNPL1º +TBaixJudNCrim1º	Secretaria de Primeira Instância
TBaixJudCrimNPL1º - Total de Processos Baixados de Execução de Penas Não-Privativas de Liberdade no 1º Grau	Os processos de execução penal de penas não-privativas de liberdade que foram baixados na Justiça Estadual de 1º Grau. Consideram-se baixados os processos: a) remetidos para outros órgãos judiciais competentes, desde que vinculados a tribunais diferentes; b) remetidos para a instância superior; c) arquivados definitivamente. Não se constituem por baixas as remessas para cumprimento de diligências e as entregas para carga/vista. Havendo mais de um movimento de baixa no mesmo processo, apenas o primeiro deve ser considerado. Incluem-se apenas as baixas nas classes processuais compreendidas na variável ExeJudCrimNPL1º - Execuções de penas não-privativas de liberdade no 1º Grau.	_____	Secretaria de Primeira Instância



Revisão do Planejamento Estratégico do Tribunal de Justiça de São Paulo
Biênio 2013-2014

TBaixJudCrimPL1º - Total de Processos Baixados de Execução de Penas Privativas de Liberdade no 1º Grau	Os processos de execução penal de penas privativas de liberdade que foram baixados na Justiça Estadual de 1º Grau. Consideram-se baixados os processos: a) remetidos para outros órgãos judiciais competentes, desde que vinculados a tribunais diferentes; b) remetidos para a instância superior; c) arquivados definitivamente. Não se constituem por baixas as remessas para cumprimento de diligências e as entregas para carga/vista. Havendo mais de um movimento de baixa no mesmo processo, apenas o primeiro deve ser considerado. Incluem-se apenas as baixas nas classes processuais compreendidas na variável ExeJudCrimPL1º - Execuções de penas privativas de liberdade no 1º Grau.	_____	Secretaria de Primeira Instância
TBaixJudNCrim1º - Total de Processos Baixados de Execução Judicial no 1º Grau, exceto execuções penais	Os processos de execução de títulos judiciais (exceto de execuções penais) que foram baixados na Justiça Estadual de 1º Grau. Consideram-se baixados os processos: a) remetidos para outros órgãos judiciais competentes, desde que vinculados a tribunais diferentes; b) remetidos para a instância superior; c) arquivados definitivamente. Não se constituem por baixas as remessas para cumprimento de diligências e as entregas para carga/vista. Havendo mais de um movimento de baixa no mesmo processo, apenas o primeiro deve ser considerado. Incluem-se apenas as baixas nas classes processuais compreendidas na variável ExeJudNCrim1º - Execuções judiciais no 1º Grau, exceto execuções penais.	_____	Secretaria de Primeira Instância
TCExtFisc1º - Taxa de Congestionamento na Execução Fiscal do 1º Grau	Taxa de congestionamento de execução fiscal no 1º Grau do TJSP.	$1 - \left(\frac{\text{TBaixExtFisc1º}}{(\text{CnExtFisc1º} + \text{CpExtFisc1º})} \right) \times 100$	Secretaria de Primeira Instância



Revisão do Planejamento Estratégico do Tribunal de Justiça de São Paulo
Biênio 2013-2014

TCExtFisc1º₂₀₁₂ - Taxa de Congestionamento na Execução Fiscal do 1º Grau em 2012	Taxa de congestionamento de execução fiscal no 1º Grau do TJSP em 2012.	$1 - \left(\frac{T\text{BaixExtFisc1}^{\circ}_{2012}}{(C\text{nExtFisc1}^{\circ}_{2012} + C\text{pExtFisc1}^{\circ}_{2011})} \right) \times 100$	Secretaria de Primeira Instância
TCExtFisc1º₂₀₁₄ - Taxa de Congestionamento na Execução Fiscal do 1º Grau em 2014	Taxa de congestionamento de execução fiscal no 1º Grau do TJSP em 2014.	$1 - \left(\frac{T\text{BaixExtFisc1}^{\circ}_{2014}}{(C\text{nExtFisc1}^{\circ}_{2014} + C\text{pExtFisc1}^{\circ}_{2013})} \right) \times 100$	Secretaria de Primeira Instância
TCExtNFisc1º - Taxa de Congestionamento na Execução Extrajudicial Não-Fiscal do 1º Grau	Taxa de congestionamento de Execução Não Fiscal no 1º Grau do TJSP.	$1 - \left(\frac{T\text{BaixExtNFisc1}^{\circ}}{(C\text{nExtNFisc1}^{\circ} + C\text{pExtNFisc1}^{\circ})} \right) \times 100$	Secretaria de Primeira Instância
TCExtNFisc1º₂₀₁₂ - Taxa de Congestionamento na Execução Extrajudicial Não-Fiscal do 1º Grau em 2012	Taxa de congestionamento de Execução Não Fiscal no 1º Grau do TJSP em 2012.	$1 - \left(\frac{T\text{BaixExtNFisc1}^{\circ}_{2012}}{(C\text{nExtNFisc1}^{\circ}_{2012} + C\text{pExtNFisc1}^{\circ}_{2011})} \right) \times 100$	Secretaria de Primeira Instância
TCExtNFisc1º₂₀₁₄ - Taxa de Congestionamento na Execução Extrajudicial Não-Fiscal do 1º Grau em 2014	Taxa de congestionamento de Execução Não Fiscal no 1º Grau do TJSP em 2014.	$1 - \left(\frac{T\text{BaixExtNFisc1}^{\circ}_{2014}}{(C\text{nExtNFisc1}^{\circ}_{2014} + C\text{pExtNFisc1}^{\circ}_{2013})} \right) \times 100$	Secretaria de Primeira Instância



Turma Recursal

INDICADOR/ VARIÁVEL	DESCRIÇÃO	FÓRMULA	FONTE DE DADOS
CnCrimTR - Casos Novos nas Turmas Recursais Criminais	Os processos criminais, originários e em grau de recurso oriundos dos Juizados Especiais, que foram protocolizados e interpostos para julgamento nas Turmas Recursais. Excluem-se os recursos internos (embargos de declaração), as cartas precatórias, de ordem e rogatórias recebidas, os recursos destinados aos Tribunais Superiores e outros procedimentos passíveis de solução por despacho de mero expediente.	_____	Secretaria de Primeira Instância
CnNCrimTR - Casos Novos nas Turmas Recursais Não-Criminais	Os processos não-criminais, originários e em grau de recurso oriundos dos Juizados Especiais, que foram protocolizados e interpostos para julgamento nas Turmas Recursais. Excluem-se os recursos internos (embargos de declaração), as cartas precatórias, de ordem e rogatórias recebidas, os recursos destinados aos Tribunais Superiores e outros procedimentos passíveis de solução por despacho de mero expediente.	_____	Secretaria de Primeira Instância
CnTR - Casos Novos na Turma Recursal	Número de casos novos que ingressaram ou foram protocolizados na Turma Recursal do TJSP.	CnCrimTR + CnNCrimTR	Secretaria de Primeira Instância
CpCrimTR - Casos Pendentes nas Turmas Recursais Criminais	Saldo residual de processos criminais, originários e em grau de recurso oriundos dos Juizados Especiais, que foram protocolizados e interpostos para julgamento nas Turmas Recursais e que não foram baixados. Excluem-se os recursos internos (embargos de declaração), as cartas precatórias e de ordem e rogatórias recebidas, recursos aos Tribunais Superiores e outros procedimentos passíveis de solução por despacho de mero expediente.	_____	Secretaria de Primeira Instância



Revisão do Planejamento Estratégico do Tribunal de Justiça de São Paulo
Biênio 2013-2014

CpNCrimTR - Casos Pendentes nas Turmas Recursais Não-Criminais	Saldo residual de processos não-criminais, originários e em grau de recurso oriundos dos Juizados Especiais, que foram protocolizados e interpostos para julgamento nas Turmas Recursais e que não foram baixados. Excluem-se os recursos internos (embargos de declaração), as cartas precatórias e de ordem e rogatórias recebidas, recursos aos Tribunais Superiores e outros procedimentos passíveis de solução por despacho de mero expediente.	_____	Secretaria de Primeira Instância
CpTR - Casos Pendentes na Turma Recursal	Número de casos pendentes na Turma Recursal do TJSP.	CpCrimTR + CpNCrimTR	Secretaria de Primeira Instância
DecCrimTR_{ac} - Decisões que põem fim à relação processual no processo criminal nas Turmas Recursais no ano corrente	Todas as decisões criminais, colegiadas e monocráticas que põem fim à relação processual nas Turmas Recursais, excluindo os despachos de mero expediente, as decisões interlocutórias e as decisões de embargos de declaração no ano corrente. Havendo mais de uma decisão no mesmo processo, todas devem ser consideradas. Incluem-se apenas as decisões nas classes processuais compreendidas na variável CnCrimTR – Casos novos nas turmas recursais criminais.	_____	Secretaria de Primeira Instância
DecCrimTR₂₀₁₂ - Decisões que põem fim à relação processual no processo criminal nas Turmas Recursais em 2012	Todas as decisões criminais, colegiadas e monocráticas que põem fim à relação processual nas Turmas Recursais, excluindo os despachos de mero expediente, as decisões interlocutórias e as decisões de embargos de declaração em 2012. Havendo mais de uma decisão no mesmo processo, todas devem ser consideradas. Incluem-se apenas as decisões nas classes processuais compreendidas na variável CnCrimTR – Casos novos nas turmas recursais criminais.	_____	Secretaria de Primeira Instância
DecNCrimTR_{ac} - Decisões que põem fim à relação processual no processo não-criminal nas Turmas Recursais no ano corrente	Todas as decisões não-criminais, colegiadas e monocráticas que põem fim à relação processual nas Turmas Recursais, excluindo os despachos de mero expediente, as decisões interlocutórias e as decisões de embargos de declaração no ano corrente. Havendo mais de uma decisão no mesmo processo, todas devem ser consideradas. Incluem-se apenas as decisões nas classes processuais compreendidas na variável CnNCrimTR - Casos novos nas turmas recursais não-criminais.	_____	Secretaria de Primeira Instância



Revisão do Planejamento Estratégico do Tribunal de Justiça de São Paulo
Biênio 2013-2014

DecNCrimTR₂₀₁₂ - - Decisões que põem fim à relação processual no processo não-criminal nas Turmas Recursais em 2012	Todas as decisões não-criminais, colegiadas e monocráticas que põem fim à relação processual nas Turmas Recursais, excluindo os despachos de mero expediente, as decisões interlocutórias e as decisões de embargos de declaração em 2012. Havendo mais de uma decisão no mesmo processo, todas devem ser consideradas. Incluem-se apenas as decisões nas classes processuais compreendidas na variável CnNCrimTR - Casos novos nas turmas recursais não-criminais.	_____	Secretaria de Primeira Instância
DecTR_{ac} - Total de Decisões que põem fim à relação processual na Turma Recursal no ano corrente	Decisões Criminais e Não Criminais que põem fim à relação processual na Turma Recursal no ano corrente (2013 ou 2014).	DecCrimTR _{ac} + DecNCrimTR _{ac}	Secretaria de Primeira Instância
DecTR₂₀₁₂ - Total de Decisões que põem fim à relação processual na Turma Recursal em 2012	Decisões Criminais e Não Criminais que põem fim à relação processual na Turma Recursal em 2012.	DecCrimTR ₂₀₁₂ + DecNCrimTR ₂₀₁₂	Secretaria de Primeira Instância
TBaixCrimTR - Total de Processos Baixados nas Turmas Recursais Criminais	Os processos criminais, originários e em grau de recurso oriundos dos Juizados Especiais, que foram baixados pelas Turmas Recursais. Consideram-se baixados os processos: a) remetidos para outros órgãos judiciais competentes, desde que vinculados a tribunais diferentes; b) remetidos para as instâncias superiores ou inferiores; c) arquivados definitivamente. Não se constituem por baixas as remessas para cumprimento de diligências e as entregas para carga/vista. Havendo mais de um movimento de baixa no mesmo processo, apenas o primeiro deve ser considerado. Incluem-se apenas as baixas nas classes processuais compreendidas na variável CnCrimTR - Casos novos nas turmas recursais criminais.	_____	Secretaria de Primeira Instância



Revisão do Planejamento Estratégico do Tribunal de Justiça de São Paulo
Biênio 2013-2014

TBaixNCrimTR - Total de Processos Baixados nas Turmas Recursais Não-Criminais	Os processos não-criminais, originários e em grau de recurso oriundos dos Juizados Especiais, que foram baixados pelas Turmas Recursais. Consideram-se baixados os processos: a) remetidos para outros órgãos judiciais competentes, desde que vinculados a tribunais diferentes; b) remetidos para as instâncias superiores ou inferiores; c) arquivados definitivamente. Não se constituem por baixas as remessas para cumprimento de diligências e as entregas para carga/vista. Havendo mais de um movimento de baixa no mesmo processo, apenas o primeiro deve ser considerado. Incluem-se apenas as baixas nas classes processuais compreendidas na variável CnNCrimTR - Casos novos nas turmas recursais não-criminais.	<hr/>	Secretaria de Primeira Instância
TBaixTR - Total de Processos Baixados na Turma Recursal	Número de processos baixados na Turma Recursal do TJSP. Os processos criminais, originários e em grau de recurso oriundos dos Juizados Especiais, que foram baixados pelas Turmas Recursais. Consideram-se baixados os processos: a) remetidos para outros órgãos judiciais competentes, desde que vinculados a tribunais diferentes; b) remetidos para as instâncias superiores ou inferiores; c) arquivados definitivamente. Não se constituem por baixas as remessas para cumprimento de diligências e as entregas para carga/vista. Havendo mais de um movimento de baixa no mesmo processo, apenas o primeiro deve ser considerado. Incluem-se apenas as baixas nas classes processuais compreendidas na variável CnCrimTR - Casos novos nas turmas recursais criminais.	TBaixCrimTR + TBaixNCrimTR	Secretaria de Primeira Instância



Juizado Especial

INDICADOR/ VARIÁVEL	DESCRIÇÃO	FÓRMULA	FONTE DE DADOS
CnJE – Casos Novos nos Juizados Especiais	Total de casos novos ingressados nos Juizados Especiais do TJSP.	$CnCJE + CnExJE$	Secretaria de Primeira Instância
CpJE – Casos Pendentes nos Juizados Especiais	Total de casos pendentes nos Juizados Especiais do TJSP.	$CpCJE + CpExJE$	Secretaria de Primeira Instância
TBaixJE – Total de Processos Baixados nos Juizados Especiais	Total de processos baixados nos Juizados Especiais do TJSP.	$TbaixCJE + TbaixExJE$	Secretaria de Primeira Instância



Juizado Especial Conhecimento

INDICADOR/ VARIÁVEL	DESCRIÇÃO	FÓRMULA	FONTE DE DADOS
CpCCrimJE – Casos Pendentes de Conhecimento nos Juizados Especiais Criminais	Saldo residual de processos criminais de conhecimento, cautelares, mandamentais e ações constitucionais que ingressaram ou foram protocolizados nos Juizados Especiais e que não foram baixados, incluídos os embargos de terceiros. Excluem-se os recursos internos (embargos de declaração), as cartas precatórias e de ordem recebidas e outros procedimentos passíveis de solução por despacho de mero expediente.	_____	Secretaria de Primeira Instância
CpCJE – Casos Pendentes de Conhecimento nos Juizados Especiais	Número de casos pendentes de conhecimento nos Juizados Especiais.	CpCCrimJE + CpCNCrimJE	Secretaria de Primeira Instância
CpCNCrimJE - Casos Pendentes de Conhecimento nos Juizados Especiais Não-Criminais	Saldo residual de processos não-criminais de conhecimento, cautelares, mandamentais e ações constitucionais que ingressaram ou foram protocolizados nos Juizados Especiais e que não foram baixados, incluídos os embargos do devedor na execução de título extrajudicial e os embargos de terceiros. Excluem-se os embargos à execução de título judicial, as impugnações aos cálculos e ao cumprimento de títulos judiciais, os recursos internos (embargos de declaração), as cartas precatórias e de ordem recebidas e outros procedimentos passíveis de solução por despacho de mero expediente.	_____	Secretaria de Primeira Instância



Revisão do Planejamento Estratégico do Tribunal de Justiça de São Paulo
Biênio 2013-2014

CnCrimJE - Casos Novos de Conhecimento nos Juizados Especiais Criminais	Número de casos novos de conhecimento criminais que ingressaram ou foram protocolizados nos Juizados Especiais. Os processos criminais de conhecimento, cautelares, mandamentais e ações constitucionais que ingressaram ou foram protocolizados nos Juizados Especiais, incluídos os embargos de terceiros. Excluem-se os recursos internos (embargos de declaração), as cartas precatórias e de ordem recebidas e outros procedimentos passíveis de solução por despacho de mero expediente.	_____	Secretaria de Primeira Instância
CnCJE - Casos Novos de Conhecimento nos Juizados Especiais	Número de casos novos de conhecimento que ingressaram ou foram protocolizados nos Juizados Especiais.	CnCrimJE + CnCNCrimJE	Secretaria de Primeira Instância
CnCNCrimJE - Casos Novos de Conhecimento nos Juizados Especiais Não-Criminais	Número de casos novos de conhecimento que ingressaram ou foram protocolizados nos Juizados Especiais Não-Criminais. Os processos não-criminais de conhecimento, cautelares, mandamentais e ações constitucionais que ingressaram ou foram protocolizados nos Juizados Especiais, incluídos os embargos do devedor na execução de título extrajudicial e os embargos de terceiros. Excluem-se os embargos à execução de título judicial, as impugnações aos cálculos e ao cumprimento de títulos judiciais, os recursos internos (embargos de declaração), as cartas precatórias e de ordem recebidas e outros procedimentos passíveis de solução por despacho de mero expediente.	_____	Secretaria de Primeira Instância
SentCCrimJE - Sentenças de Conhecimento nos Juizados Especiais Criminais	Todas as sentenças criminais proferidas na fase de conhecimento nos Juizados Especiais do TJSP. Havendo mais de uma sentença no mesmo processo, todas devem ser consideradas. Incluem-se apenas as sentenças nas classes processuais compreendidas na variável CnCrimJE - Casos novos de conhecimento nos Juizados Especiais criminais.	_____	Secretaria de Primeira Instância



Revisão do Planejamento Estratégico do Tribunal de Justiça de São Paulo
Biênio 2013-2014

SentCJE - Sentenças de Conhecimento nos Juizados Especiais	Número de sentenças de conhecimento nos Juizados Especiais.	SentCCrimJE + SentCNCrimJE	Secretaria de Primeira Instância
SentCNCrimJE - Sentenças de Conhecimento nos Juizados Especiais Não-Criminais	Todas as sentenças não-criminais proferidas na fase de conhecimento nos Juizados Especiais do TJSP no período-base (semestre). Havendo mais de uma sentença no mesmo processo, todas devem ser consideradas. Incluem-se apenas as sentenças nas classes processuais compreendidas na variável CnCNCrimJE - Casos novos de conhecimento nos Juizados Especiais não-criminais.	_____	Secretaria de Primeira Instância
TBaixCJE - Total de Processos de Conhecimento Baixados nos Juizados Especiais	Número de processos de conhecimento baixados nos Juizados Especiais.	TBaixCCrimJE + TBaixCNCrimJE	Secretaria de Primeira Instância
TBaixCCrimJE - Total de Processos de Conhecimento Baixados nos Juizados Especiais Criminais	Os processos criminais de conhecimento, cautelares, mandamentais, ações constitucionais que foram baixados nos Juizados, incluídos os embargos de terceiros. Consideram-se baixados os processos: a) remetidos para outros órgãos judiciais competentes, desde que vinculados a tribunais diferentes; b) remetidos para as instâncias superiores; c) arquivados definitivamente; d) em que houve decisões que transitaram em julgado e iniciou-se a liquidação, cumprimento ou execução. Não se constituem por baixas as remessas para cumprimento de diligências e as entregas para carga/vista. Havendo mais de um movimento de baixa no mesmo processo, apenas o primeiro deve ser considerado. Incluem-se apenas as baixas nas classes processuais compreendidas na variável CnCCrimJE - Casos novos de conhecimento nos juizados especiais criminais.	_____	Secretaria de Primeira Instância



Revisão do Planejamento Estratégico do Tribunal de Justiça de São Paulo
Biênio 2013-2014

TBaixCNCrimJE - Total de Processos de Conhecimento Baixados nos Juizados Especiais Não-Criminais	Os processos criminais de conhecimento, cautelares, mandamentais, ações constitucionais que foram baixados nos Juizados Especiais, incluídos os embargos de terceiros. Consideram-se baixados os processos: a) remetidos para outros órgãos judiciais competentes, desde que vinculados a tribunais diferentes; b) remetidos para as instâncias superiores; c) arquivados definitivamente; d) em que houve decisões que transitaram em julgado e iniciou-se a liquidação, cumprimento ou execução. Não se constituem por baixas as remessas para cumprimento de diligências e as entregas para carga/vista. Havendo mais de um movimento de baixa no mesmo processo, apenas o primeiro deve ser considerado. Incluem-se apenas as baixas nas classes processuais compreendidas na variável CnCCrimJE - Casos novos de conhecimento nos juizados especiais criminais.	<hr/>	Secretaria de Primeira Instância
---	--	-------	----------------------------------

Juizado Especial Execução

INDICADOR/ VARIÁVEL	DESCRIÇÃO	FÓRMULA	FONTES DE DADOS
CnExJE - Casos Novos de Execução nos Juizados Especiais	Número de casos novos de execução nos Juizados Especiais.	$CnExtJE + ExeJudJE$	Secretaria de Primeira Instância
CnExJE₂₀₁₂ - Casos Novos de Execução nos Juizados Especiais em 2012	Número de casos novos de execução nos Juizados Especiais em 2012.	$CnExtJE_{2012} + ExeJudJE_{2012}$	Secretaria de Primeira Instância
CnExJE₂₀₁₄ - Casos Novos de Execução nos Juizados Especiais em 2014	Número de casos novos de execução nos Juizados Especiais em 2014.	$CnExtJE_{2014} + ExeJudJE_{2014}$	Secretaria de Primeira Instância
CnExtJE - Casos Novos de Execução de Título Extrajudicial nos Juizados Especiais	As execuções de títulos executivos extrajudiciais que ingressaram ou foram protocolizadas nos Juizados Especiais.	_____	Secretaria de Primeira Instância
CnExtJE₂₀₁₂ - Casos Novos de Execução de Título Extrajudicial nos Juizados Especiais em 2012	As execuções de títulos executivos extrajudiciais que ingressaram ou foram protocolizadas nos Juizados Especiais em 2012.	_____	Secretaria de Primeira Instância
CnExtJE₂₀₁₄ - Casos Novos de Execução de Título Extrajudicial nos Juizados Especiais em 2014	As execuções de títulos executivos extrajudiciais que ingressaram ou foram protocolizadas nos Juizados Especiais em 2014.	_____	Secretaria de Primeira Instância
CpExJE - Casos Pendentes de Execução nos Juizados Especiais	Número de casos pendentes de execução judicial e extrajudicial nos Juizados Especiais da Justiça Estadual	$CpExtJE + ExeJudPJE$	Secretaria de Primeira Instância
CpExJE₂₀₁₁ - Casos Pendentes de Execução nos Juizados Especiais em 2011	Número de casos novos de execução nos Juizados Especiais em 2011.	$CpExtJE_{2011} + ExeJudPJE_{2011}$	Secretaria de Primeira Instância



Revisão do Planejamento Estratégico do Tribunal de Justiça de São Paulo
Biênio 2013-2014

CpExJE 2013 - Casos Pendentes de Execução nos Juizados Especiais em 2013	Número de casos novos de execução nos Juizados Especiais em 2013.	CpExtJE 2013+ExeJudPJE2013	Secretaria de Primeira Instância
CpExtJE – Casos Pendentes de Execução de Título Extrajudicial nos Juizados Especiais	Saldo residual de processos de execução de títulos executivos extrajudiciais que ingressaram ou foram protocolizados nos Juizados Especiais, e que não foram baixados.	_____	Secretaria de Primeira Instância
CpExtJE 2011– Casos Pendentes de Execução de Título Extrajudicial nos Juizados Especiais em 2011	Saldo residual de processos de execução de títulos executivos extrajudiciais que ingressaram ou foram protocolizados nos Juizados Especiais, e que não foram baixados em 2011.	_____	Secretaria de Primeira Instância
CpExtJE 2013– Casos Pendentes de Execução de Título Extrajudicial nos Juizados Especiais em 2013	Saldo residual de processos de execução de títulos executivos extrajudiciais que ingressaram ou foram protocolizados nos Juizados Especiais, e que não foram baixados em 2013.	_____	Secretaria de Primeira Instância
ExeJudCrimNPLJE – Execuções de Penas Não-Privativas de Liberdade nos Juizados Especiais	Os processos de execução penal de penas não-privativas de liberdade que ingressaram ou foram protocolizados nos Juizados Especiais. Consideram-se somente as execuções da pena quando aplicadas e acompanhadas pelo próprio juizado.	_____	Secretaria de Primeira Instância
ExeJudCrimNPLJE2012 - Execuções de Penas Não-Privativas de Liberdade nos Juizados Especiais em 2012	Os processos de execução penal de penas não-privativas de liberdade que ingressaram ou foram protocolizados nos Juizados Especiais em 2012. Consideram-se somente as execuções da pena quando aplicadas e acompanhadas pelo próprio juizado.	_____	Secretaria de Primeira Instância
ExeJudCrimNPLJE2014 - Execuções de Penas Não-Privativas de Liberdade nos Juizados Especiais em 2014	Os processos de execução penal de penas não-privativas de liberdade que ingressaram ou foram protocolizados nos Juizados Especiais em 2014. Consideram-se somente as execuções da pena quando aplicadas e acompanhadas pelo próprio juizado.	_____	Secretaria de Primeira Instância
ExeJudJE – Casos Novos de Execução Judicial nos Juizados Especiais	Número de casos novos de Execução nos Juizados Especiais.	ExeJudCrimNPLJE + ExeJudNCrimJE	Secretaria de Primeira Instância



Revisão do Planejamento Estratégico do Tribunal de Justiça de São Paulo
Biênio 2013-2014

ExeJudJE₂₀₁₂ - Casos Novos de Execução Judicial nos Juizados Especiais em 2012	Número de casos novos de Execução nos Juizados Especiais em 2012.	ExeJudCrimNPLJE ₂₀₁₂ +ExeJudNCrimJE ₂₀₁₂	Secretaria de Primeira Instância
ExeJudJE₂₀₁₄ - Casos Novos de Execução Judicial nos Juizados Especiais em 2014	Número de casos novos de Execução nos Juizados Especiais em 2014.	ExeJudCrimNPLJE ₂₀₁₄ +ExeJudNCrimJE ₂₀₁₄	Secretaria de Primeira Instância
ExeJudNCrimJE – Execuções Judiciais nos Juizados Especiais, exceto execuções penais	Os processos de execução de título judicial ou cumprimento de sentença que ingressaram ou foram protocolizados nos Juizados Especiais. Excluem-se as execuções penais.	_____	Secretaria de Primeira Instância
ExeJudNCrimJE₂₀₁₂ - Execuções Judiciais nos Juizados Especiais, exceto execuções penais em 2012	Os processos de execução penal de penas não-privativas de liberdade que ingressaram ou foram protocolizados nos Juizados Especiais em 2012. Consideram-se somente as execuções da pena quando aplicadas e acompanhadas pelo próprio juizado.	_____	Secretaria de Primeira Instância
ExeJudNCrimJE₂₀₁₄ - Execuções Judiciais nos Juizados Especiais, exceto execuções penais em 2014	Os processos de execução penal de penas não-privativas de liberdade que ingressaram ou foram protocolizados nos Juizados Especiais em 2014. Consideram-se somente as execuções da pena quando aplicadas e acompanhadas pelo próprio juizado.	_____	Secretaria de Primeira Instância
ExeJudPJE – Casos Pendentes de Execução de Título Judicial nos Juizados Especiais	Número de casos pendentes de Execução de Título Judicial nos Juizados Especiais.	ExeJudPCrimNPLJE + ExeJudPNCrimJE	Secretaria de Primeira Instância
ExeJudPJE₂₀₁₁ – Casos Pendentes de Execução de Título Judicial nos Juizados Especiais em 2011	Número de casos pendentes de Execução de Título Judicial nos Juizados Especiais em 2011.	ExeJudPCrimNPLJE ₂₀₁₁ + ExeJudPNCrimJE ₂₀₁₁	Secretaria de Primeira Instância
ExeJudPJE₂₀₁₃ – Casos Pendentes de Execução de Título Judicial nos Juizados Especiais em 2013	Número de casos pendentes de Execução de Título Judicial nos Juizados Especiais em 2013.	ExeJudPCrimNPLJE ₂₀₁₃ + ExeJudPNCrimJE ₂₀₁₃	Secretaria de Primeira Instância



Revisão do Planejamento Estratégico do Tribunal de Justiça de São Paulo
Biênio 2013-2014

ExeJudPCrimNPLJE – Execuções Pendentes de Penas Não-Privativas de Liberdade nos Juizados Especiais	Saldo residual de processos de execução penal de penas não-privativas de liberdade, que ingressaram ou foram protocolizados nos Juizados Especiais e que não foram baixados. Consideram-se somente as execuções da pena quando aplicadas e acompanhadas pelo próprio juizado.	_____	Secretaria de Primeira Instância
ExeJudPCrimNPLJE 2011– Execuções Pendentes de Penas Não-Privativas de Liberdade nos Juizados Especiais em 2011	Saldo residual de processos de execução penal de penas não-privativas de liberdade, que ingressaram ou foram protocolizados nos Juizados Especiais e que não foram baixados em 2011. Consideram-se somente as execuções da pena quando aplicadas e acompanhadas pelo próprio juizado.	_____	Secretaria de Primeira Instância
ExeJudPCrimNPLJE 2013– Execuções Pendentes de Penas Não-Privativas de Liberdade nos Juizados Especiais em 2013	Saldo residual de processos de execução penal de penas não-privativas de liberdade, que ingressaram ou foram protocolizados nos Juizados Especiais e que não foram baixados em 2013. Consideram-se somente as execuções da pena quando aplicadas e acompanhadas pelo próprio juizado.	_____	Secretaria de Primeira Instância
ExeJudPNCrimJE – Execuções Judiciais Pendentes nos Juizados Especiais, exceto execuções penais	Saldo residual de processos de execução de título judicial ou cumprimento de sentença que ingressaram ou foram protocolizados nos Juizados Especiais e que não foram baixados. Excluem-se as execuções penais.	_____	Secretaria de Primeira Instância
ExeJudPNCrimJE 2011– Execuções Judiciais Pendentes nos Juizados Especiais, exceto execuções penais em 2011	Saldo residual de processos de execução de título judicial ou cumprimento de sentença que ingressaram ou foram protocolizados nos Juizados Especiais e que não foram baixados em 2011. Excluem-se as execuções penais.	_____	Secretaria de Primeira Instância
ExeJudPNCrimJE 2013– Execuções Judiciais Pendentes nos Juizados Especiais, exceto execuções penais em 2013	Saldo residual de processos de execução de título judicial ou cumprimento de sentença que ingressaram ou foram protocolizados nos Juizados Especiais e que não foram baixados em 2013. Excluem-se as execuções penais.	_____	Secretaria de Primeira Instância



Revisão do Planejamento Estratégico do Tribunal de Justiça de São Paulo
Biênio 2013-2014

TBaixExJE - Total de Processos de Execução Baixados nos Juizados Especiais	Número de processos de execução judicial e extrajudicial baixados nos Juizados Especiais do TJSP.	TBaixExtJE + TBaixJudJE	Secretaria de Primeira Instância
TBaixExJE₂₀₁₂ - Total de Processos de Execução Baixados nos Juizados Especiais em 2012	Número de processos de execução judicial e extrajudicial baixados nos Juizados Especiais do TJSP em 2012.	TBaixExtJE ₂₀₁₂ + TBaixJudJE ₂₀₁₂	Secretaria de Primeira Instância
TBaixExJE₂₀₁₄ - Total de Processos de Execução Baixados nos Juizados Especiais em 2014	Número de processos de execução judicial e extrajudicial baixados nos Juizados Especiais do TJSP em 2014.	TBaixExtJE ₂₀₁₄ + TBaixJudJE ₂₀₁₄	Secretaria de Primeira Instância
TBaixExtJE – Total de Processos Baixados de Execução de Título Extrajudicial nos Juizados Especiais	Os processos de execução de títulos executivos extrajudiciais que foram baixados nos Juizados Especiais. Consideram-se baixados os processos arquivados. Havendo mais de um movimento de baixa no mesmo processo, apenas o primeiro deve ser considerado. Incluem-se apenas as baixas nas classes processuais compreendidas na variável CnExtJE - Casos novos de execução de título extrajudicial nos Juizados Especiais	_____	Secretaria de Primeira Instância
TBaixExtJE₂₀₁₂ – Total de Processos Baixados de Execução de Título Extrajudicial nos Juizados Especiais em 2012	Os processos de execução de títulos executivos extrajudiciais que foram baixados nos Juizados Especiais em 2012. Consideram-se baixados os processos arquivados. Havendo mais de um movimento de baixa no mesmo processo, apenas o primeiro deve ser considerado. Incluem-se apenas as baixas nas classes processuais compreendidas na variável CnExtJE - Casos novos de execução de título extrajudicial nos Juizados Especiais	_____	Secretaria de Primeira Instância



Revisão do Planejamento Estratégico do Tribunal de Justiça de São Paulo
Biênio 2013-2014

TBaixExtJE₂₀₁₄ – Total de Processos Baixados de Execução de Título Extrajudicial nos Juizados Especiais em 2014	Os processos de execução de títulos executivos extrajudiciais que foram baixados nos Juizados Especiais em 2014. Consideram-se baixados os processos arquivados. Havendo mais de um movimento de baixa no mesmo processo, apenas o primeiro deve ser considerado. Incluem-se apenas as baixas nas classes processuais compreendidas na variável CnExtJE - Casos novos de execução de título extrajudicial nos Juizados Especiais	_____	Secretaria de Primeira Instância
TBaixJudCrimNPLJE – Total de Processos Baixados de Execução de Penas Não-Privativas de Liberdade nos Juizados Especiais	Os processos de execução penal de penas não-privativas de liberdade que foram baixados nos Juizados Especiais. Consideram-se baixados os processos arquivados. Havendo mais de um movimento de baixa no mesmo processo, apenas o primeiro deve ser considerado. Incluem-se apenas as baixas nas classes processuais compreendidas na variável ExeJudCrimNPLJE - Execuções nos Juizados Especiais de penas não-privativas de liberdade.	_____	Secretaria de Primeira Instância
TBaixJudCrimNPLJE₂₀₁₂ – Total de Processos Baixados de Execução de Penas Não-Privativas de Liberdade nos Juizados Especiais em 2012	Os processos de execução penal de penas não-privativas de liberdade que foram baixados nos Juizados Especiais em 2012. Consideram-se baixados os processos arquivados. Havendo mais de um movimento de baixa no mesmo processo, apenas o primeiro deve ser considerado. Incluem-se apenas as baixas nas classes processuais compreendidas na variável ExeJudCrimNPLJE - Execuções nos Juizados Especiais de penas não-privativas de liberdade.	_____	Secretaria de Primeira Instância



Revisão do Planejamento Estratégico do Tribunal de Justiça de São Paulo
Biênio 2013-2014

TBaixJudCrimNPLJE₂₀₁₄ – Total de Processos Baixados de Execução de Penas Não-Privativas de Liberdade nos Juizados Especiais em 2014	Os processos de execução penal de penas não-privativas de liberdade que foram baixados nos Juizados Especiais em 2014. Consideram-se baixados os processos arquivados. Havendo mais de um movimento de baixa no mesmo processo, apenas o primeiro deve ser considerado. Incluem-se apenas as baixas nas classes processuais compreendidas na variável ExeJudCrimNPLJE - Execuções nos Juizados Especiais de penas não-privativas de liberdade.	_____	Secretaria de Primeira Instância
TBaixJudJE – Total de Processos de Execução Judicial Baixados nos Juizados Especiais	Número de processos de execução judicial baixados nos Juizados Especiais da Justiça Estadual.	TBaixJudCrimNPLJE + TBaixJudNCrimJE	Secretaria de Primeira Instância
TBaixJudJE₂₀₁₂ – Total de Processos de Execução Judicial Baixados nos Juizados Especiais em 2012	Número de processos de execução judicial baixados nos Juizados Especiais da Justiça Estadual em 2012.	TBaixJudCrimNPLJE ₂₀₁₂ + TBaixJudNCrimJE ₂₀₁₂	Secretaria de Primeira Instância
TBaixJudJE₂₀₁₄ – Total de Processos de Execução Judicial Baixados nos Juizados Especiais em 2014	Número de processos de execução judicial baixados nos Juizados Especiais da Justiça Estadual em 2014.	TBaixJudCrimNPLJE ₂₀₁₄ + TBaixJudNCrimJE ₂₀₁₄	Secretaria de Primeira Instância
TBaixJudNCrimJE – Total de Processos Baixados de Execução Judicial nos Juizados Especiais, exceto execuções penais	Os processos de execução de títulos judiciais (exceto execuções penais) que foram baixados nos Juizados Especiais. Consideram-se baixados os processos arquivados. Havendo mais de um movimento de baixa no mesmo processo, apenas o primeiro deve ser considerado. Incluem-se apenas as baixas nas classes processuais compreendidas na variável ExeJudNCrimJE - Execuções judiciais nos Juizados Especiais, exceto execuções penais.	_____	Secretaria de Primeira Instância



Revisão do Planejamento Estratégico do Tribunal de Justiça de São Paulo
Biênio 2013-2014

TBaixJudNCrimJE₂₀₁₂ – Total de Processos Baixados de Execução Judicial nos Juizados Especiais, exceto execuções penais em 2012	Os processos de execução de títulos judiciais (exceto execuções penais) que foram baixados nos Juizados Especiais em 2012. Consideram-se baixados os processos arquivados. Havendo mais de um movimento de baixa no mesmo processo, apenas o primeiro deve ser considerado. Incluem-se apenas as baixas nas classes processuais compreendidas na variável ExeJudNCrimJE - Execuções judiciais nos Juizados Especiais, exceto execuções penais.	_____	Secretaria de Primeira Instância
TBaixJudNCrimJE₂₀₁₄ – Total de Processos Baixados de Execução Judicial nos Juizados Especiais, exceto execuções penais em 2014	Os processos de execução de títulos judiciais (exceto execuções penais) que foram baixados nos Juizados Especiais em 2014. Consideram-se baixados os processos arquivados. Havendo mais de um movimento de baixa no mesmo processo, apenas o primeiro deve ser considerado. Incluem-se apenas as baixas nas classes processuais compreendidas na variável ExeJudNCrimJE - Execuções judiciais nos Juizados Especiais, exceto execuções penais.	_____	Secretaria de Primeira Instância
TCExJE - Taxa de Congestionamento na fase de Execução nos Juizados Especiais	Taxa de congestionamento na fase de execução no Juizado Especial.	$1 - \left(\frac{\text{TBaixExJE}}{(\text{CnExJE} + \text{CpExJE})} \right) \times 100$	Secretaria de Primeira Instância
TCExJE₂₀₁₂ - Taxa de Congestionamento na fase de Execução nos Juizados Especiais em 2012	Taxa de congestionamento na fase de execução no Juizado Especial em 2012.	$1 - \left(\frac{\text{TBaixExJE}_{2012}}{(\text{CnExJE}_{2012} + \text{CpExJE}_{2011})} \right) \times 100$	Secretaria de Primeira Instância
TCExJE₂₀₁₄ - Taxa de Congestionamento na fase de Execução nos Juizados Especiais em 2014	Taxa de congestionamento na fase de execução no Juizado Especial em 2014.	$1 - \left(\frac{\text{TBaixExJE}_{2014}}{(\text{CnExJE}_{2014} + \text{CpExJE}_{2013})} \right) \times 100$	Secretaria de Primeira Instância



2ª INSTÂNCIA

INDICADOR/ VARIÁVEL	DESCRIÇÃO	FÓRMULA	FONTE DE DADOS
Cn2ª - Casos Novos de 2ª instância	Número de casos novos que ingressaram ou foram protocolizados na 2ª instância da Justiça Estadual.	$CnCrim2^a + CnNCrim2^a$	Secretaria Judiciária
Cn2ª₂₀₀₉ - Casos Novos de 2ª instância em 2009	Número de casos novos que ingressaram ou foram protocolizados na 2ª instância da Justiça Estadual em 2009.	$CnCrim2^a_{2009} + CnNCrim2^a_{2009}$	Secretaria Judiciária
Cn2ª₂₀₁₃ - Casos Novos de 2ª instância em 2013	Número de casos novos que ingressaram ou foram protocolizados na 2ª instância da Justiça Estadual em 2013.	$CnCrim2^a_{2013} + CnNCrim2^a_{2013}$	Secretaria Judiciária
CnCrim2ª - Casos Novos de 2ª Instância Criminais	Os processos criminais, originários e em grau de recurso oriundos de instância inferior, que foram protocolizados e interpostos para julgamento na Justiça de 2ª Instância. Excluem-se os recursos internos (embargos de declaração, embargos infringentes, bem como os agravos), as cartas precatórias, de ordem e rogatórias recebidas, os recursos aos Tribunais Superiores e outros procedimentos passíveis de solução por despacho de mero expediente. Excluem-se, ainda, os processos infracionais.	_____	Secretaria Judiciária
CnCrim2ª₂₀₀₉ - Casos Novos de 2ª Instância Criminais em 2009	Os processos criminais, originários e em grau de recurso oriundos de instância inferior, que foram protocolizados e interpostos para julgamento na Justiça de 2ª Instância em 2009. Excluem-se os recursos internos (embargos de declaração, embargos infringentes, bem como os agravos), as cartas precatórias, de ordem e rogatórias recebidas, os recursos aos Tribunais Superiores e outros procedimentos passíveis de solução por despacho de mero expediente. Excluem-se, ainda, os processos infracionais.	_____	Secretaria Judiciária



Revisão do Planejamento Estratégico do Tribunal de Justiça de São Paulo
Biênio 2013-2014

CnCrim2^a₂₀₁₃ - Casos Novos de 2^a Instância Criminais em 2013	Os processos criminais, originários e em grau de recurso oriundos de instância inferior, que foram protocolizados e interpostos para julgamento na Justiça de 2 ^a Instância em 2013. Excluem-se os recursos internos (embargos de declaração, embargos infringentes, bem como os agravos), as cartas precatórias, de ordem e rogatórias recebidas, os recursos aos Tribunais Superiores e outros procedimentos passíveis de solução por despacho de mero expediente. Excluem-se, ainda, os processos infracionais.		Secretaria Judiciária
CnNCrim2^a - Casos Novos de 2^a Instância Não-Criminais	Os processos não-criminais, originários e em grau de recurso oriundos de instância inferior, que foram protocolizados e interpostos para julgamento na Justiça de 2 ^a Instância. Excluem-se os recursos internos (embargos de declaração, embargos infringentes, bem como os agravos), as cartas precatórias, de ordem e rogatórias recebidas, precatórios judiciais e as Requisições de Pequeno Valor (RPV's), recursos aos Tribunais Superiores e outros procedimentos passíveis de solução por despacho de mero expediente. Incluem-se os processos infracionais.		Secretaria Judiciária
CnNCrim2^a₂₀₀₉ - Casos Novos de 2^a Instância Não-Criminais em 2009	Os processos não-criminais, originários e em grau de recurso oriundos de instância inferior, que foram protocolizados e interpostos para julgamento na Justiça de 2 ^a Instância em 2009. Excluem-se os recursos internos (embargos de declaração, embargos infringentes, bem como os agravos), as cartas precatórias, de ordem e rogatórias recebidas, precatórios judiciais e as Requisições de Pequeno Valor (RPV's), recursos aos Tribunais Superiores e outros procedimentos passíveis de solução por despacho de mero expediente. Incluem-se os processos infracionais.		Secretaria Judiciária
CnNCrim2^a₂₀₁₃ - Casos Novos de 2^o Grau Não-Criminais em 2013	Os processos não-criminais, originários e em grau de recurso oriundos de instância inferior, que foram protocolizados e interpostos para julgamento na Justiça de 2 ^a Instância em 2013. Excluem-se os recursos internos (embargos de declaração, embargos infringentes, bem como os agravos), as cartas precatórias, de ordem e rogatórias recebidas, precatórios judiciais e as Requisições de Pequeno Valor (RPV's), recursos aos Tribunais Superiores e outros procedimentos passíveis de solução por despacho de mero expediente. Incluem-se os processos infracionais.		Secretaria Judiciária
Cp2^a - Casos Pendentes de 2^a Instância	Número de casos pendentes na 2 ^a Instância da Justiça Estadual.	CpCrim2 ^a + CpNCrim2 ^a	Secretaria Judiciária



Revisão do Planejamento Estratégico do Tribunal de Justiça de São Paulo
Biênio 2013-2014

CpCrim2ª - Casos Pendentes Criminais de 2ª Instância	Saldo residual de processos criminais, originários e em grau de recurso oriundos de instância inferior, que foram protocolizados e interpostos para julgamento na Justiça Estadual de 2ª Instância e que não foram baixados. Excluem-se os recursos internos (embargos de declaração e infringentes, bem como os agravos), as cartas precatórias e de ordem e rogatórias recebidas, os recursos aos Tribunais Superiores e outros procedimentos passíveis de solução por despacho de mero expediente. Excluem-se, ainda, os processos infracionais.	_____	Secretaria Judiciária
CpNCrim2ª - Casos Pendentes Não-Criminais de 2ª Instância	Saldo residual de processos não-criminais, originários e em grau de recurso oriundos de instância inferior, que foram protocolizados e interpostos para julgamento na Justiça Estadual de 2ª Instância e que não foram baixados. Excluem-se os recursos internos (embargos de declaração e infringentes, bem como os agravos), as cartas precatórias e de ordem e rogatórias recebidas, precatórios judiciais e as Requisições de Pequeno Valor (RPV's), recursos aos Tribunais Superiores e outros procedimentos passíveis de solução por despacho de mero expediente. Incluem-se processos infracionais.	_____	Secretaria Judiciária
Dec2º₂₀₀₉ - Total de Decisões que põem fim à relação processual no 2º Grau em 2009	Número de decisões que põem fim à relação processual no 2º Grau do TJSP em 2009.	DecCrim2º ₂₀₀₉ + DecNCrim2º ₂₀₀₉	Secretaria Judiciária
Dec2º₂₀₁₃ - Total de Decisões que põem fim à relação processual no 2º Grau em 2013	Número de decisões que põem fim à relação processual no 2º Grau do TJSP em 2013.	DecCrim2º ₂₀₁₃ + DecNCrim2º ₂₀₁₃	Secretaria Judiciária
DecCrim2º₂₀₀₉ - Decisões que põem fim à relação processual no processo criminal no 2º Grau em 2009	Todas as decisões criminais, colegiadas e monocráticas que põem fim à relação processual no 2º Grau em 2009, excluindo os despachos de mero expediente, as decisões interlocutórias e as decisões de embargos de declaração. Havendo mais de uma decisão no mesmo processo, todas devem ser consideradas. Incluem-se apenas as decisões nas classes processuais compreendidas na variável CnCrim2º - Casos Novos no 2º Grau Criminais. Excluem-se os processos infracionais.	_____	Secretaria Judiciária



Revisão do Planejamento Estratégico do Tribunal de Justiça de São Paulo
Biênio 2013-2014

DecCrim2º₂₀₁₃ - Decisões que põem fim à relação processual no processo criminal no 2º Grau em 2013	Todas as decisões criminais, colegiadas e monocráticas que põem fim à relação processual no 2º Grau em 2013, excluindo os despachos de mero expediente, as decisões interlocutórias e as decisões de embargos de declaração. Havendo mais de uma decisão no mesmo processo, todas devem ser consideradas. Incluem-se apenas as decisões nas classes processuais compreendidas na variável CnCrim2º - Casos Novos no 2º Grau Criminais. Excluem-se os processos infracionais.	_____	Secretaria Judiciária
DecNCrim2º₂₀₀₉ - Decisões que põem fim à relação processual no processo Não-Criminal no 2º Grau em 2009	Todas as decisões não-criminais, colegiadas e monocráticas que põem fim à relação processual no 2º Grau em 2009, excluindo os despachos de mero expediente, as decisões interlocutórias e as decisões de embargos de declaração. Havendo mais de uma decisão no mesmo processo, todas devem ser consideradas. Incluem-se apenas as decisões nas classes processuais compreendidas na variável Cn2ºNCrim – Casos novos no 2º Grau não-criminais. Incluem-se os processos infracionais.	_____	Secretaria Judiciária
DecNCrim2º₂₀₁₃ - Decisões que põem fim à relação processual no processo Não-Criminal no 2º Grau em 2013	Todas as decisões não-criminais, colegiadas e monocráticas que põem fim à relação processual no 2º Grau em 2013, excluindo os despachos de mero expediente, as decisões interlocutórias e as decisões de embargos de declaração. Havendo mais de uma decisão no mesmo processo, todas devem ser consideradas. Incluem-se apenas as decisões nas classes processuais compreendidas na variável Cn2ºNCrim – Casos novos no 2º Grau não-criminais. Incluem-se os processos infracionais.	_____	Secretaria Judiciária
TBaix2ª - Total de Processos Baixados na 2ª Instância	Número de processos baixados na 2ª Instância da Justiça Estadual	TBaixCrim2ª + TBaixNCrim2ª	Secretaria Judiciária
TBaixCrim2ª – Total de Processos Baixados na 2ª Instância Criminais	Os processos criminais, originários e em grau de recurso oriundos de instância inferior, que foram baixados pela Justiça Estadual de 2ª Instância. Consideram-se baixados os processos: a) remetidos para outros órgãos judiciais competentes, desde que vinculados a tribunais diferentes; b) remetidos para as instâncias superiores ou inferiores; c) arquivados definitivamente. Não se constituem por baixas as remessas para cumprimento de diligências e as entregas para carga/vista. Havendo mais de um movimento de baixa no mesmo processo, apenas o primeiro deve ser considerado. Incluem-se apenas as baixas nas classes processuais compreendidas na variável CnCrim2º - Casos novos no 2º Grau criminais. Excluem-se os processos infracionais.	_____	Secretaria Judiciária



Revisão do Planejamento Estratégico do Tribunal de Justiça de São Paulo
Biênio 2013-2014

TBaixNCrim2ª - Total de Processos Baixados na 2ª Instância Não-Criminais	Os processos não-criminais, originários e em grau de recurso oriundos de instância inferior, que foram baixados pela Justiça Estadual de 2ª instância. Consideram-se baixados os processos: a) remetidos para outros órgãos judiciais competentes, desde que vinculados a tribunais diferentes; b) remetidos para as instâncias superiores ou inferiores; c) arquivados definitivamente. Não se constituem por baixas as remessas para cumprimento de diligências e as entregas para carga/vista. Havendo mais de um movimento de baixa no mesmo processo, apenas o primeiro deve ser considerado. Incluem-se apenas as baixas nas classes processuais compreendidas na variável CnNCrim2º - Casos novos no 2º Grau não-criminais. Incluem-se os processos infracionais.	_____	Secretaria Judiciária
TC2ª - Taxa de Congestionamento na 2ª Instância	Taxa de congestionamento na 2ª instância.	$1 - \left(\frac{TBaix2ª}{(Cn2ª + Cp2ª)} \right) \times 100$	Secretaria Judiciária

8.2 INDICADORES/VARIÁVEIS NÃO LITIGIOSOS

INDICADOR/ VARIÁVEL	DESCRIÇÃO	FÓRMULA	FONTE DE DADOS
AP₂₀₁₃ - Avaliações Positivas em pesquisa de Clima Organizacional em 2013	Avaliações Positivas em pesquisa de Clima Organizacional em 2013	_____	Pesquisa de Clima Organizacional - Secretaria de Planejamento de Recursos Humanos
AP₂₀₁₄ - Avaliações Positivas em pesquisa de Clima Organizacional em 2014	Avaliações Positivas em pesquisa de Clima Organizacional em 2014	_____	Pesquisa de Clima Organizacional - Secretaria de Planejamento de Recursos Humanos
ASJn - Assistentes Sociais Judiciários nomeados	Nº de Assistentes Sociais Judiciários nomeados	_____	Secretaria de Planejamento de Recursos Humanos
ASJt- Total de Assistentes Sociais Judiciários	Total de Assistentes Sociais Judiciários necessários	_____	Secretaria de Planejamento de Recursos Humanos
ASn - Auxiliares de Saúde Judiciários nomeados na Capital	Nº de Auxiliares de Saúde Judiciários nomeados na Capital	_____	Secretaria de Planejamento de Recursos Humanos
ASt- Total de Auxiliares Judiciários de Saúde na Capital	Total de Auxiliares Judiciários de Saúde necessários para a Capital	_____	Secretaria de Planejamento de Recursos Humanos
Ca₂₀₁₃ – Média do Consumo de água nos demais prédios em 2013	Média do Consumo de água nos demais prédios em 2013	_____	Secretaria de Administração



Revisão do Planejamento Estratégico do Tribunal de Justiça de São Paulo
Biênio 2013-2014

Ca₂₀₁₄ – Média do Consumo de água nos demais prédios em 2014	Média do Consumo de água nos demais prédios em 2014	_____	Secretaria de Administração
Ca₆₂₀₁₂ – Média do Consumo de água nos 6 maiores prédios do TJSP em 2012	Média do Consumo de água nos 6 maiores prédios do TJSP em 2012	_____	Secretaria de Administração
Ca₆₂₀₁₃ – Média do Consumo de água nos 6 maiores prédios do TJSP em 2013	Média do Consumo de água nos 6 maiores prédios do TJSP em 2013	_____	Secretaria de Administração
CDc - Total de Cargos Criados para Cirurgião-Dentista	Total de cargos criados para Cirurgião-Dentista	_____	Secretaria de Planejamento de Recursos Humanos
CDn - Cirurgiões-Dentistas nomeados	Nº de Cirurgiões-Dentistas nomeados	_____	Secretaria de Planejamento de Recursos Humanos
CJn - Contadores Judiciários nomeados	Nº de Contadores Judiciários nomeados	_____	Secretaria de Planejamento de Recursos Humanos
CJt- Total de Contadores Judiciários	Total de Contadores Judiciários necessários	_____	Secretaria de Planejamento de Recursos Humanos
ETJt₂₀₁₃ - Total de Escreventes Técnicos Judiciários em 2013	Total de Escreventes Técnicos Judiciários em 31/12/2013	_____	Secretaria de Planejamento de Recursos Humanos



Revisão do Planejamento Estratégico do Tribunal de Justiça de São Paulo
Biênio 2013-2014

ETJt₂₀₁₄ - Total de Escreventes Técnicos Judiciários em 2014	Total de Escreventes Técnicos Judiciários em 31/12/2014	_____	Secretaria de Planejamento de Recursos Humanos
ICJ – Índice de Confiança no Poder Judiciário	Conforme o Relatório Trimestral da FGV, o ICJBrasil é composto por dois subíndices: (i) um subíndice de percepção, pelo qual é medida a opinião da população sobre a Justiça e a forma como ela presta o serviço público; e (ii) um subíndice de comportamento, por meio do qual identifica-se a atitude da população, se ela recorre ao Judiciário para solucionar determinados conflitos ou não. <i>.(Extraído do Relatório Trimestral do ICJ)</i>	% de aprovação na pesquisa de opinião pública “Confiança no Poder Judiciário”	ICJ Brasil – Relatório FGV
Índice de Disponibilidade de Sistemas on-line	Mede a disponibilidade e estabilidade dos sistemas de TI Mede o tempo de indisponibilidade de sistemas em relação ao tempo total do período.	$\left(\frac{TTP - TIS}{TTP} \right) \times 100$	Secretaria de Tecnologia da Informação
PJn - Psicólogos Judiciários nomeados	Nº de Psicólogos Judiciários nomeados	_____	Secretaria de Planejamento de Recursos Humanos
PJt- Total de Psicólogos Judiciários	Total de Psicólogos Judiciários necessários	_____	Secretaria de Planejamento de Recursos Humanos
TIS – Tempo de Indisponibilidade de Sistemas	Tempo de indisponibilidade de sistemas	_____	Secretaria de Tecnologia da Informação
TTP – Tempo Total do Período	Tempo total do período	_____	Secretaria de Tecnologia da Informação